

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Otília Trindade Pedrosa

O ESTADO DA ARTE DA INOVAÇÃO,
IMPACTO SOCIAL E DESAFIOS PARA O
FUTURO DAS ONGD PORTUGUESAS

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia,
orientado pela Professora Doutora Sílvia Ferreira e apresentado à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2023

Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra

Otília Trindade Pedrosa

O Estado da Arte da Inovação, Impacto Social e Desafios para o futuro das ONGD Portuguesas

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia orientado pela
Professora Doutora Sílvia Ferreira e apresentado à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra.

Setembro de 2023



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

“We live in a globalizing world. That means that all of us, consciously or not, depend on each other. Whatever we do or refrain from doing affects the lives of people who live in places we'll never visit.”

Zygmunt Bauman

Agradecimentos

Quero agradecer ao meu orientador de estágio, diretor da organização *World Needs*, André Caravela Machado, pela disponibilidade demonstrada, pela informalidade das nossas reuniões (que tornou todo este processo bem mais simples), pela admirável simpatia e competência e pela liberdade que me transmitiu ao longo de todo o percurso de estágio na sua organização.

A todos os docentes e colegas, com quem tive o prazer de partilhar uma sala de aulas, desde o início desta aventura, iniciada no ano letivo de 2009/2010.

À minha orientadora académica, Sílvia Ferreira, que amavelmente me apoiou nesta tarefa árdua de alinhar o trabalho cientificamente e trazer legitimidade e conhecimentos durante o processo.

A todos os meus colegas de curso, em especial ao José Panarra, pela sua amabilidade, apoio e companhia em conversas enriquecedoras e construtivas.

Ao apoio e acompanhamento prestados por Paula Nogueira e Odete Cabecinhas.

Ao meu companheiro, Nuno Campos, pelo apoio incondicional, em todos os momentos.

Palavras chave

ONGD

Impacto Social

Inovação Social

Direitos Humanos

Terceiro Setor

Resumo

O presente relatório representa um fim de ciclo como estudante do Mestrado em Sociologia, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tem o propósito essencial de refletir sobre o trabalho desenvolvido ao longo do estágio na Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) *World Needs* (WN), sediada em Aveiro, onde foi possível aplicar os conhecimentos aprendidos durante o percurso académico.

Neste trabalho começa-se por fazer um enquadramento teórico-conceitual, com o estado da arte das ONG e ONGD portuguesas, a sua relação com o Terceiro Sector (TS) e economia social. Procura-se entender a dinâmica e o papel das ONGD portuguesas, assim como, a relevância da inovação social e da importância da medição do seu desempenho no impacto destas na sociedade.

Durante o estágio foi dada continuidade à construção de uma base de dados de organizações do TS. Esta serviu como ponto de partida para a realização de um estudo sobre as práticas e os valores das organizações do TS da área de direitos humanos e cidadania. Através da sua análise, pretende-se com este estudo perceber quais as respostas sociais, área de atuação e verificar como medem o seu impacto social.

Este relatório procura ainda demonstrar o papel preponderante que as OTS têm para uma melhoria significativa da sociedade e refletir sobre os principais desafios e problemáticas que as ONGD possuem, apontando algumas soluções para o futuro, para que aumentem o seu impacto, a sua legitimidade e lacrem o seu lugar como organizações de notabilidade no Terceiro Sector.

Abstract

This report marks the end of my time as a student on the Master's programme in Sociology at the Faculty of Economics of the University of Coimbra. Its essential purpose is to reflect on the work carried out during the internship at the World Needs (WN) non-governmental development organisation (NGDO), based in Aveiro, where it was possible to apply the knowledge learned during the academic courses.

This work begins with a theoretical and conceptual framework, looking at the state of the art of Portuguese NGOs and NGDOs, their relationship with the Third Sector (TS) and the social economy. It seeks to understand the dynamics and role of Portuguese NGDOs, as well as the relevance of social innovation and the importance of measuring their performance in terms of their impact on society.

During the internship, the construction of a database of TS organisations was continued. This served as the starting point for a study on the practices and values of social work organisations in the area of human rights and citizenship. By analysing it, the aim of this study is to understand the social responses, the area of activity and how they measure their social impact.

This report also seeks to demonstrate the preponderant role that TSOs play in significantly improving society and to reflect on the main challenges and problems that NGDOs face, pointing out some solutions for the future, so that they can increase their impact, their legitimacy and seal their place as notable organisations in the Third Sector.

Índice

AGRADECIMENTOS	3
PALAVRAS CHAVE.....	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT	6
ÍNDICE	7
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	9
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE QUADROS.....	11
1. INTRODUÇÃO	12
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL	16
2.1 ESTADO DA ARTE DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG16	
2.2 ENQUADRAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA	
O DESENVOLVIMENTO (ONGD).....	33
3. INOVAÇÃO SOCIAL, IMPACTO E MUDANÇA SOCIAL.....	46
3.1 INOVAÇÃO SOCIAL NAS ONGD PORTUGUESAS	50
3.2 AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL E VALOR SOCIAL ACRESCENTADO ...	53
4. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTÁGIO: ONGD WORLD NEEDS.....	62
4.1 CARACTERIZAÇÃO ORGANIZACIONAL DA ONGD WORLD NEEDS.....	62
4.2 MISSÃO, VALORES, PROPÓSITO E ATIVIDADES DA ONGD WORLD NEE.	65
5. CONTRIBUTO TEÓRICO-EMPÍRICO DO ESTÁGIO	68
5.1 PROBLEMÁTICA TEÓRICA DE ENQUADRAMENTO DO ESTÁGIO	
ACADÉMICO.....	68
5.2 QUESTÕES CENTRAIS DE ANÁLISE.....	70
5.3 PROJETO DE ESTÁGIO	71
5.4 ACTIVIDADES REALIZADAS.....	72
5.5 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O ESTÁGIO	84
6. O PAPEL DAS OTS DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	86

6.1 HIPÓTESES DE TRABALHO	87
6.2 METODOLOGIA.....	89
6.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	92
6.4 RESULTADOS FINAIS	100
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
8. BIBLIOGRAFIA	105
ANEXOS.....	112

Lista de siglas e abreviaturas

CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
ES	Economia Social
IS	Inovação Social
ONGD	Organizações Não-Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento
ONG	Organizações Não-Governamentais e sem fins lucrativos
TS ou OTS	Organizações do Terceiro Sector
WN	Associação <i>World Needs</i>
VSA	Valor Social Acrescentado
SNLP	Sector Não Lucrativo de Portugal
VAB	Valor Acrescentado Bruto

Lista de Figuras

Figura 1 - Estrutura Organizacional da *World Needs* (Plano de Atividades WN 2020-2023, Página 12)pág. 63

Figura 2 - Pirâmide Invertida da Estrutura Organizacional da *World Needs* (Plano de Atividades 2020-2023, Página 11)pág. 63

Lista de Quadros

Quadro 1 - Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Sector (Conta Satélite da Economia Social, 2016).-	pág. 26
Quadro 2 - Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades (Conta Satélite para a Economia Social, 2016).....	pág. 27
Quadro 3 - Organizações Não Governamentais, por ramo de atividade económica. (Esteves <i>et al</i> , 2015, “Diagnóstico das ONG em Portugal”)....	pág. 29
Quadro 4 – Definições de Inovação Social. (com base em Santos ¹ , 2019 e adições da nossa parte).....	pág. 47
Quadro 5 - Enquadramento Lógico do S.A.V.E (Bassi, 2012, pág.9).....	pág. 58
Quadro 6 - Valores das Organizações da Área “Direitos Humanos e Cidadania”	pág. 92

¹ Santos, T. K. B. dos (2019). "Inovação social em Portugal: um estudo de caso a partir da estratégia Portugal 2020". Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.

1. Introdução

No âmbito da conclusão do Mestrado em Sociologia, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, procedeu-se a um estágio curricular na Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) *World Needs (WN)*.

Os objetivos gerais que nortearam este trabalho foram delineados previamente em reunião entre a estagiária e o orientador da entidade de acolhimento, conforme a seguir se apresentam:

- a) Identificar o estado da arte das Organizações Não Governamentais Portuguesas e, adicionalmente, proceder a análise da literatura específica sobre o enquadramento das ONGD portuguesas;
- b) Discutir o papel da inovação social das ONGD na transformação social;
- c) Compreender o estado da arte das ONGD portuguesas em matéria de Direitos Humanos e Cidadania, na área de Cooperação para o Desenvolvimento, identificando os principais objetos, missão, atuações, valores, respostas sociais e necessidades destas organizações;
- d) Tendo em conta as tendências globais e mudanças tecnológicas que influenciam a intervenção das ONGD portuguesas, elucidar quais os desafios e as perspetivas para o futuro destas.

Ao longo do processo de estágio foram adicionados objetivos específicos, e conseqüentemente tarefas, nomeadamente:

- e) Planificação e elaboração de um evento, onde as questões levantadas nos itens acima seriam discutidas e analisadas por personalidades das áreas de competência;

- f) Dar continuidade à construção de uma base de dados, iniciada pela entidade de acolhimento, que contém dados relevantes para o desenvolvimento dos projetos da organização WN;
- g) Utilizar a base de dados WN como ponto de partida, para a realização de um estudo, que pudesse apoiar o objetivo c), acima descrito.

O objeto sociológico deste estudo consiste, portanto, na análise global do sector das Organizações Não Governamentais (ONG) portuguesas e na apresentação de uma reflexão sobre o papel da inovação social no impacto e valor social destas organizações em Portugal, partindo da compreensão do estado da arte das ONGD portuguesas em matéria de Cooperação para o Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania para a identificação dos problemas-tipo, desafios e recomendações para um futuro promissor de transformação social.

A estagiária foi orientada pelo lado académico por Sílvia Ferreira, professora em Sociologia, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e na entidade de acolhimento de estágio esteve sob a coordenação de André Caravela Machado, Presidente da ONGD World Needs.

O estágio na WN, inicialmente projetado para decorrer entre 1 de fevereiro de 2023 e 19 de maio de 2023, acabou por ter início em meados de dezembro de 2022, dado que, logo nas primeiras reuniões com os orientadores, surgiu o objetivo de se realizar uma conferência, evento que pretendia dar resposta à questão inicial: qual é o impacto social que as organizações sociais têm na sociedade portuguesa?

Esse evento visava trazer figuras e personalidades de várias áreas de interesse, tanto do sector académico, como do empresarial, decisores políticos, e claro, representantes de organizações sociais, para responderem a questões sobre o papel e o futuro das organizações sociais, assim como possíveis soluções para os problemas-tipo que estas organizações têm no desenvolvimento das suas missões.

A organização do evento iniciou-se, portanto, meses antes da data oficial de início do estágio, devido à grande logística necessária para a sua concretização.

Ao longo do período de estágio foi efetuada uma investigação sociológica, usando a metodologia de revisão bibliográfica e análise documental, de forma a, responder às questões de partida resultantes dos objetivos propostos e que se foram ajustando ao longo do estágio. As questões inicialmente estabelecidas foram:

- 1) Qual o Estado da Arte das ONG em Portugal e como se enquadram nas organizações do Terceiro Sector?
- 2) De que forma as ONGD e a inovação social destas organizações pode levar ao aumento do impacto social e valor social acrescentado?
- 3) Quais os caminhos a seguir e possíveis problemas-tipo a resolver para o futuro das ONGD portuguesas?
- 4) Qual é o papel das organizações do Terceiro Sector portuguesas, em matéria de direitos humanos e cidadania?

Feita uma breve contextualização do estágio e a apresentação dos objetivos e questões de partida que nortearam este trabalho, apresenta-se a estrutura deste relatório, que se encontra organizado em 7 capítulos.

O primeiro capítulo corresponde a esta introdução.

No segundo capítulo iniciamos o enquadramento teórico-conceitual, com o estado da arte em Portugal, das ONG e ONGD, o seu enquadramento dentro e terceiro sector e economia social, a sua caracterização como parte da sociedade civil e uma reflexão sobre o futuro das ONG de cooperação para o desenvolvimento portuguesas.

No terceiro capítulo elucidamos sobre o papel da inovação social como força impulsionadora de impacto e de mudança social. Ainda neste capítulo é dedicado um subcapítulo na reflexão acerca da importância dos mecanismos de avaliação do impacto e do desempenho das ONG. procurando-se também entender o valor social que as ONG acrescentam, tendo em conta que a forma como se percebe valor social numa organização social é complexa, pelo facto de se tratar da medição do intangível (Andrea Bassi, 2012).

No quarto capítulo é analisado o local de estágio, a organização *World Needs*, procedendo-se à sua caracterização organizacional e à apresentação da sua missão, valores, propósito e atividades que promovem.

O quinto capítulo é um momento da exposição do contributo teórico-empírico do estágio, incluindo os trabalhos desenvolvidos durante o mesmo e reflexão sobre a experiência profissional adquirida.

No sexto capítulo é apresentado um estudo resultante da necessidade de responder às questões de partida onde são formuladas hipóteses de trabalho. Neste capítulo encontra-se a justificação, os conceitos base e a elucidação da linha de pensamento utilizada, assim como, a metodologia utilizada, a análise dos dados coletados e resultados obtidos.

Por fim, no sétimo e último, é apresentada uma conclusão de todo o trabalho desenvolvido, e é feito um balanço conclusivo inerente aos principais pontos aferidos no relatório.

As traduções ao longo do relatório são feitas pela aluna de mestrado, autora deste texto, e em nenhuma parte foi utilizada tecnologia de inteligência artificial.

2. Enquadramento Teórico-Conceptual

2.1 Estado da Arte das Organizações Não Governamentais (ONG)

Para fazer um enquadramento das ONGD precisamos de abordar primeiro o conceito de ONG, mas antes necessitamos de entender o que são organizações da sociedade civil, como se relacionam com o conceito de Economia Social ou Solidária, sabendo que tudo isto se refere ao Terceiro Sector ou Sistema.

Segundo o *Global Leadership Bulletin* de 2015, existem cerca de 10 milhões de ONG no mundo. Uma recente estimativa (Mason, 2022) sugere a existência de pelo menos 75.000 ONG internacionais, considerando-se que serão muito mais as ONG que funcionam apenas dentro dos seus países.

No que diz respeito a Portugal, o “Diagnóstico das ONG em Portugal” (Esteves *et al*, 2015) apresentou 27.985 ONG registadas, o que representava 45,7% das entidades que compõem a Economia Social, empregando 72,1% do conjunto da mão-de-obra laboral

O aumento exponencial das ONG pelo mundo, bem como o seu impacto e atenção recebida, tem levado a que sejam alvo de várias teorias políticas, económicas e sociais. Nos próximos pontos deste trabalho, iremos abordar as que se relacionam com o nosso objeto de estudo.

2.1.1 Conceitos, Conceptualização e Contexto

Terceiro Sector

Nas últimas duas décadas assistiu-se a uma grande expansão da filantropia, do voluntariado e das organizações da sociedade civil em todo o mundo. Para Salamon (2010) parece que se está a meio de uma "revolução

associativa global" em que estas organizações englobam um vasto leque de instituições sociais que ocupam o espaço social entre o mercado e o Estado. Alguns exemplos são: organizações profissionais, centros de dia, organizações de desenvolvimento, clínicas de saúde, grupos ambientalistas, agências de aconselhamento familiar, grupos de autoajuda, congregações religiosas, clubes desportivos, centros de formação profissional, organizações de direitos humanos, associações comunitárias, cozinhas de sopa, abrigos para sem-abrigo, entre outras.

O terceiro sector é caracterizado por ter diferentes definições e diferentes nomes, sendo que na comunidade académica não há um verdadeiro consenso em relação à questão do nome em concreto e à sua definição (Andrade & Franco, 2007).

De entre os vários termos que encontramos para denominar o chamado Terceiro Sector, aqueles que surgem com maior incidência são: terceiro sistema, organizações sem fins lucrativos, organizações da sociedade civil, economia social, economia solidária, organizações não governamentais.

A descoberta do conceito de Terceiro Sector decorre em paralelo com a redescoberta do conceito de sociedade civil, tendo dado origem a uma discussão concetual no âmbito dos estudos sociológicos, organizacionais e das políticas públicas (Lewis, 2005).

David Lewis (1998) refere a existência de dois "universos paralelos" na literatura académica sobre as organizações do Terceiro Sector, um dos países do Norte e outro dos países do Sul. Esta separação contraria os interesses atuais no fenómeno da globalização, bem como as potenciais convergências teóricas no Norte e no Sul, em torno de conceitos como "sociedade civil", "exclusão social" e "capital social", uma vez que as preocupações dos países do Norte e do Sul, que deram origem ao interesse pelo terceiro sector, não diferem muito entre si.

Sílvia Ferreira (2009) observa o terceiro sector e as organizações e interações por ele descritas como mecanismos de governação que não só estabelecem fronteiras como operam a sua rearticulação. A autora evidencia o modo como o sector se define afirmando as fronteiras entre Estado, mercado e

comunidade e, ao mesmo tempo, se insere no espaço de discursos sobre misturas, hibridização e diluição de fronteiras.

Sílvia Ferreira (2009) propõe um passo em frente a partir da sociologia Luhmaniana, valorizando as observações de fracasso constitutivas da semântica do terceiro sector, não como mero ruído nos sistemas, mas como a fonte de variedade requerida articulável em espaços específicos, ou seja, a condição para a governação da complexidade contemporânea.

O Terceiro Setor, visto como estrutura de observação mútua por Sílvia Ferreira (2009), encontra-se no enquadramento de 4 momentos:

- a) Primeiro “o terceiro sector é um «campo discursivo», onde discursos e práticas refletem e moldam as seletividades estruturais e as estratégias dos atores.
- b) Segundo, o terceiro sector é uma categoria relacional, sendo construído através de um conjunto de relações que se estabelecem entre diferentes modos de organização das relações sociais, tipicamente associados ao Estado, à economia de mercado, à comunidade e à sociedade civil.
- c) Terceiro, o terceiro sector é contextual, pois não só é uma forma de organizar relações típicas dos modos de coordenação das relações sociais na transição do fordismo para o pós-fordismo, como é moldado pelas configurações espaço-temporais das sociedades em que se constitui e das condições concretas em que se dá esta transição.
- d) Quarto, na sua lógica dominante de organização, o terceiro sector, mas também as organizações e interações que o constituem, põe em interação relações sociais típicas dos diferentes modos de coordenação ou diferentes subsistemas, permitindo a observação mútua.” (Ferreira, 2009, parágrafo 2)
- e) O papel do Terceiro Sector na relação entre Estado, economia de mercado e comunidade tem, segundo Anheier (2009, *cit in* Ferreira, 2013), três discussões atuais: o papel do terceiro sector na

economia mista do bem-estar, a sua contribuição para a criação de capital social e o seu papel como instrumento de vigilância sobre as instituições públicas. A literatura europeia enfatiza o carácter híbrido e a alternativa que o terceiro sector oferece em relação às separações modernas entre Estado, mercado e sociedade.

Para Alves (2002), o Terceiro Sector é um meio constitutivo da sociedade civil e pode incluir instâncias organizadas como partidos políticos e outros meios paraestatais, muito embora também possua entidades estrangeiras e virtualmente exclusivas do meio sociopolítico nacional. A interface entre ambos é praticamente integrada, mas cabe elucidar que a sociedade civil possui características próprias e sociologicamente mais profundas (Fernandes, 1994).

Sílvia Ferreira (2013) lembra que “desde os anos 1970 que, em termos internacionais, a referência ao terceiro sector está ligada às discussões sobre o Estado-Providência, ou seja, sobre o papel do Estado e da sociedade civil na integração social e no bem-estar das populações” (p. 1). Para a autora, “o sector é frequentemente convocado em muitas das dimensões das transformações do Estado-Providência, por contribuir para o empreendedorismo e a inovação social, para a economia e o emprego, para a governação infra e supranacional ou até para a democracia, para a solidariedade e para o reforço das comunidades” (ibidem).

Mehmood e Parra, (2013, cit-in Vieira, Parente & Barbosa, 2017) consideram que a teoria sobre o conceito de “terceiro setor” propõe a existência de três setores independentes pelas ações que desenvolvem:

- a) as ações desenvolvidas pelo Estado voltadas para o público;
- b) as ações desenvolvidas pelo mercado voltadas para o privado
- c) e as ações desenvolvidas pelo terceiro setor, de ordem privada, mas voltadas para o público (Vieira, Parente & Barbosa, 2017, pág. 117).

Economia Social e Solidária

Neste ponto pretende-se entender os conceitos de Economia Social e Solidária, sendo reconhecida a dificuldade de identificar uma designação comum para todas as organizações que não se identificam nem com a administração pública, nem com as empresas lucrativas e tendo em conta que o termo Terceiro Sector é uma designação cómoda que, muitas vezes, é recusada pela ideia de existência de fronteiras para a qual o termo “sector” remete (Ferreira, 2005).

Segundo o relatório *The Social Economy in the European Union* (Monzón 2012, pág. 6), entende-se Economia Social como o

conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento e onde o processo de tomada de decisão e a distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotizações de cada um, correspondendo a cada membro um voto.

A Economia Social agrupa, ainda, “as entidades privadas (...) que produzem serviços não mercantis para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam”.

Citando Sílvia Ferreira (2009 p. 16):

o conceito de economia social também se autodescreve como uma observação alternativa à observação do terceiro sector a partir de outras observações específicas: enquanto a observação do sector não lucrativo ou do terceiro sector se centra na lucratividade, a observação da economia social centra-se nos direitos de propriedade.

Segundo Salamon (2010) o conceito de economia social pode-se descrever como um triângulo em que os vértices são os “co-ops”, “social Ventures e “mutuals”, que se entrelaçam num círculo central que engloba as associações, fundações e organizações sem fins lucrativos. Sendo que o círculo forma o sector não lucrativo e o triângulo, a Economia Social. O autor considera que essa

imagem está bem articulada e firmemente enraizada e abrange um conjunto de instituições robusto, o autor considera que este passo de conceptualização poderá trazer a Economia Social para um melhor enfoque empírico.

Inovação Social no Terceiro Sector, Economia Social e na Economia Solidária

Vieira, Parente & Barbosa (2017) realizaram uma discussão conceptual das abordagens sobre o “terceiro sector”, “economia social” e “economia solidária” e da contribuição das suas organizações, projetos e atividades para o desenvolvimento de inovações sociais, que parece relevante para o presente relatório.

Demonstra-se que, apesar das diferenciações, os três conceitos remetem para domínios que são caracterizados na atualidade pelo desenvolvimento de inovações sociais, por serem espaços de articulações onde se busca a implementação de projetos e práticas orientados para a resolução de problemas sociais e coletivos complexos, que não encontram resposta pelo mercado e pelo Estado.

Mais do que uma discussão conceptual, levanta-se ainda o debate sobre a necessidade de se rever o modelo de desenvolvimento. O *locus* deste debate, segundo Vieira, Parente & Barbosa (2017) extrapola as fronteiras das organizações privadas e do Estado e ganha intensidade na esfera pública, no sentido dado por Habermas (1984, *cit in, idem*, pág. 102), “palco para ações de natureza propositiva e/ou reivindicatória, surgindo naquele espaço as Organizações Não Governamentais (ONG), de natureza privada, que desenvolvem atividades pautadas pela defesa de interesses coletivos”.

São estas organizações que, entre outras, passam a ser chamadas de organizações sociais, as quais estão na origem do conceito de economia solidária na América Latina, sector não lucrativo no norte da América e de Economia Social na Europa Continental, e também de terceiro sector tanto na Europa como América. Essencialmente estas organizações caracterizam-se pela defesa de

interesses coletivos e a inclusão de sujeitos vulneráveis envolvidos por problemas sociais complexos (Vieira, Parente & Barbosa, 2017).

Estas organizações são consideradas importantes no desenvolvimento de inovações sociais,

por influência da abordagem transdisciplinar resultante de filiação dos autores na gestão e na sociologia, as inovações sociais são compreendidas como formas de melhorar uma situação ou solucionar um problema social e uma das potencialidades das inovações sociais está na sua articulação com o desenvolvimento sustentável, com forte impacto social, por relacionarem satisfação de necessidades básicas, melhoria da qualidade do meio-ambiente, inovação nas relações sociais, governança, empoderamento e justiça social (Mehmood e Parra, 2013, cit-in Vieira, Parente & Barbosa, 2017, pág. 102).

Nas suas conclusões, Vieira, Parente & Barbosa (ibidem) adotam a abordagem da “economia social”, onde não incluem as não lucrativas, que não possuem características de gestão democrática ou o desenvolvimento de atividades produtivas e incorporam nesta definição as organizações cooperativas, associações produtivas e mutualidades, situadas pela maioria das pesquisas sobre o terceiro setor como parte do mercado.

No domínio da “economia solidária” a noção de fronteiras entre setores específicos, por ser considerada como um campo de uma economia plural com ações desenvolvidas quer pelo Estado, quer pela sociedade civil organizada, quer no mercado de trocas, tratando-se, portanto, de um domínio mais restrito dado que, abarca essencialmente as organizações cujos objetivos são económicos, porém voltadas para a prática da gestão democrática e com forte apelo político (ibidem).

Sector Não Lucrativo

No que diz respeito ao conceito de sector não lucrativo, que mais tarde, Franco, Hairel & Salamon (2005) associaram ao de sociedade civil, os autores construíram a sua definição a partir das experiências do grande leque de países envolvidos no projeto International Comparative Nonprofit Sector Project,

desenvolvido na Johns Hopkins University, apontando cinco características distintivas:

- 1 - São organizadas ou com alguma estrutura e regularidade nas suas operações, o que inclui tanto grupos informais como grupos formalmente registados;
- 2 - São privadas, institucionalmente separadas do governo, embora possam receber apoio financeiro público;
- 3 - Não distribuem o lucro aos diretores, acionistas ou gestores, não são primeiramente comerciais no seu propósito e embora possam gerar lucro este tem de ser reinvestido nos seus objetivos;
- 4 - São autogovernadas, tendo os seus próprios mecanismos de governação interna, sempre aptas a cessar a sua atividade e no controlo de todas as suas operações;
- 5 - São constituídas por voluntários, isto é, ser membro, participar ou contribuir em tempo ou dinheiro não é exigido por lei, nem uma condição de cidadania, determinada por nascença, ou, de outra forma, coagida.

Como vimos anteriormente, uma das características do Terceiro Setor é não visar o lucro, ligando-se, por isso, ao conceito de «organizações sem fins lucrativos», tal como foi definido por Lester Salamon, Helmut Anheier e pela equipa do Center for Civil Society Studies da Universidade de Johns Hopkins (Salamon et al., 1997), e que foi depois adotado no *Handbook on NonProfit Institutions in the System of National Accounts* das Nações Unidas (UN, 2003) e utilizado por Franco, Hairel & Salamon (2005) para apoiar a sua definição de Sector Não Lucrativo.

A análise do Sector Não Lucrativo em Portugal foi levada a cabo por investigadores da Universidade Católica Portuguesa (Franco, Hairel & Salamon, 2005), sob os auspícios do Projeto Comparativo do Sector Não Lucrativo da Universidade de Johns Hopkins, proporcionando o seu primeiro retrato empírico. Cito, em seguida, os principais resultados deste estudo:

- a) As características do sector não lucrativo português refletem a longa história de desenvolvimento da sociedade civil do país;
- b) O Sector Não Lucrativo Português (SNLP) é uma força económica significativa;
- c) Uma proporção substancial da mão-de-obra do SNLP encontra-se envolvida em atividades de expressão (cultura, artes, lazer, e participação cívica);
- d) Uma proporção significativa (60%) da mão-de-obra do SNLP está envolvida em funções de serviço e as SNLP empregam mais pessoas do que algumas indústrias de dimensão, como a das *utilities* e a dos transportes;
- e) cerca de metade (48%) dos fundos das organizações do SNLP correspondem a receitas próprias, 40% provêm de apoio público e a filantropia representa apenas 12% dos fundos (se incluirmos o voluntariado esta cresce para 21%);
- f) por fim, salientamos que “uma proporção consideravelmente superior da mão-de-obra do sector não lucrativo em Portugal está concentrada nos serviços sociais (48%), e uma proporção inferior nos serviços de saúde e de educação, em comparação com o que acontece internacionalmente” (Franco, Hairel & Salamon, 2005).

Organizações Não Governamentais (ONG)

As ONG são hoje reconhecidas como elementos-chave do Terceiro Sector nos domínios do desenvolvimento, direitos humanos, ação humanitária, ambiente e muitas outras áreas de ação pública (Lewis, 2010).

A denominação de Organização Não Governamental e a sigla "ONG" é geralmente utilizada em relação ao trabalho internacional ou nos países "em desenvolvimento". A sua origem está na formação das Nações Unidas em 1945, quando a designação "organização não governamental" foi dada a determinadas

organizações internacionais não-estatais, que obtiveram um estatuto consultivo nas atividades da ONU (Lewis, 2010).

As ONG são mais conhecidas por dois tipos de atividades diferentes, mas frequentemente inter-relacionados: a prestação de serviços (sobretudo a pessoas carenciadas) e a organização de campanhas com o objetivo de transformação social (Lewis, 2010).

As ONG estão também ativas numa vasta gama de outras funções especializadas, como a construção da democracia, a resolução de conflitos, trabalho com direitos humanos, preservação cultural, ativismo ambiental, análise de políticas, investigação e fornecimento de informação (Lewis, 2010).

Biggs e Neame (1995), citados por David Lewis (2005), afirmam que nem sempre é útil separar sociedade civil do Estado e, em vez disso, a atenção deve centrar-se nas relações entre ambos. Os mesmos autores defendem ainda que se a sociedade civil pode influenciar o Estado, o contrário também é verdade.

O perfil crescente das ONG como prestadoras de serviços coaduna-se com o crescimento da "sociedade civil", o que reforça a democracia e, em última análise, poderá contribuir para a responsabilização e pressão para que aumente a eficiência do Estado (Lewis, 2021).

A dificuldade que existe em categorizar e definir de forma simples as ONG deve-se ao facto de serem organizações que existem numa fronteira entre Estado e Mercado e de as suas formas de organização serem múltiplas. David Lewis (2021) considera que, dada a proliferação e diversidade das ONG, qualquer discussão significativa precisa de ser firmemente focalizada em torno de papéis específicos, formas organizacionais, objetivos e valores.

2.1.2 Diagnóstico das ONG Portuguesas

A análise SWOT realizada pela equipa e apresentada no “Diagnóstico das ONG em Portugal²” resulta dos dados recolhidos no extenso inquérito realizado junto das 153 ONG e no inquérito *online* a ONG de Defesa dos Direitos Humanos, assim como na informação obtida para os estudos de caso realizados e representa um instrumento empírico valioso. Relativamente aos pontos fortes, salientamos que a maioria das ONG analisadas apresentavam “implementação de sistemas de gestão da qualidade: A maioria das ONG com estatuto de IPSS ou já implementou ou está a implementar um sistema de gestão da qualidade” (pág. 202) e “A maioria das ONG referiu realizar planos estratégicos, e destas, a maioria monitoriza e avalia a sua execução” (ibidem).

No que diz respeito aos pontos fracos salientamos, na questão da prestação de contas, a “falta de mecanismos adequados de prestação de contas à sociedade, associados e colaboradores. Sobretudo para com os doadores, a prestação de contas deve incluir informação económica explicativa de como foram aplicados os donativos na organização ou atividades, resultados e impactos” (Esteves *et al*, 2015, pág. 206) e ainda relativamente ao financiamento por projetos, as ONG identificam alguns problemas que “torna o trabalho no terreno dependente de prioridades de agenda que podem não ser coincidentes com as suas. (...) As ONG que recorrem a financiamento por projetos dizem que este é mais pontual e irregular.” (idem, pág. 208).

Ainda na análise SWOT acima mencionada, reparamos que uma das ameaças apresentadas para as ONG é a crescente exigência dos utentes e maior complexidade dos problemas, a lentidão na recuperação das crises económicas e ainda a maior concorrência entre as ONG no acesso aos fundos. Este estudo percebeu ainda que relativamente à legislação

as alterações legislativas frequentes dificultam a definição de estratégias de longo prazo ao nível da sustentabilidade das ONG. Desajustamento da

² Cf. Op. Cit.

legislação do setor à realidade, com ligeiros sinais de mudança a este nível (alterações recentes no Estatuto das IPSS). (idem, pág. 210).

No entanto encontraram-se oportunidades que poderão ser definidoras do futuro das ONG, pelo aumento da sensibilidade da sociedade para os problemas sociais,

(...) o conceito de responsabilidade social empresarial tem ganho corpo e alertado o setor empresarial, não só para os impactos económicos ou ambientais, mas também para os sociais. A crise veio, contudo, abrandar ou parar algum do avanço conseguido. (idem, pág. 209).

Dados da Economia Social e das ONG

No universo da Economia Social encontramos referência à distribuição dos principais indicadores, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Sector (2016), realizada pela Conta Satélite da Economia Social, (Quadro 1). O INE, em parceria com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), elaborou, a partir de 2013, três edições da Conta Satélite da Economia Social (CSES), para os anos de referência 2010, 2013 e 2016. Esta conta procura avaliar a dimensão económica e identificar as principais características das entidades da Economia Social em Portugal.

Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS)	Unidades de Atividade Económica (UAE)	Emprego	Emprego remunerado	VAB
	N.º	ETC	ETC	10 ⁶ Euros
A - Cultura, comunicação e atividades de recreio	33 722	12 048	11 789	242
B - Educação	2 594	29 966	29 811	671
C - Saúde	2 386	75 503	75 460	1 186
D - Serviços sociais	6 978	70 196	70 000	1 170
E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	726	714	702	10
F - Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 106	2 606	2 439	37
G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5 912	2 797	2 769	50
H - Filantropia e promoção do voluntariado	322	190	186	3
I - Religião	8 533	9 802	9 797	175
J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	3 815	8 268	8 128	153
K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	2 547	5 976	5 775	303
L - Outras atividades	2 244	18 222	18 030	821
Economia Social	71 885	236 288	234 886	4 819
Economia Nacional	-	4 419 870	3 839 523	162 226
Economia Social / Economia Nacional	-	5,3%	6,1%	3,0%

Quadro 1 - Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Sector (Conta Satélite para a Economia Social, 2016),

Segundo a Conta Satélite, em 2016, 71 885 entidades da Economia Social (ES) geraram 3,0% do Valor Acrescentado Bruto (VAB), 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado (expresso, em ambos os casos, em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo – ETC).

Numa análise por grupos de entidades da ES (ver Quadro 2), das cerca de 72 mil unidades consideradas, as Associações com Fins Altruísticos (ACFA) agregavam 92,9% do total, sendo responsáveis por 60,1% do VAB, 64,6% do emprego remunerado (ETC) e 61,9% das remunerações.

As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da ES com maior peso relativo, em termos do número de unidades, de VAB e de remunerações, enquanto as Misericórdias foram o segundo grupo mais relevante em termos de emprego remunerado.

As Associações Mutualistas, nas quais se incluem entidades do sector financeiro da economia, foram as entidades da ES que apresentaram o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevados, com valores acima da média nacional em ambos os casos.

Grupos de entidades	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / ETC	Remunerações Médias
	N.º	ETC	10 ⁶ Euros	10 ⁶ Euros	10 ⁶ Euros por ETC remunerado	
Cooperativas	2 343	24 402	604 241	572 240	24,8	23,5
Associações mutualistas	97	4 842	387 971	212 094	80,1	43,8
Misericórdias	387	39 445	596 630	555 267	15,1	14,1
Fundações	619	14 113	332 321	304 296	23,5	21,6
Subsetores comunitário e autogestionário (SCA)	1 678	305	1 174	3 795	3,9	12,4
Associações com fins altruísticos (ACFA)	66 761	151 779	2 896 871	2 673 894	19,1	17,6
Economia Social	71 885	234 886	4 819 210	4 321 587	20,5	18,4
Total da Economia	-	3 839 523	162 226 133	81 854 147	42,3	21,3
Economia Social / Economia Nacional	-	6,1%	3,0%	5,3%	48,6%	86,3%

Quadro 2 - Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades (Conta Satélite para a Economia Social, 2016)

No que respeita à distribuição do número de unidades da ES por sector institucional, as Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias constituíram o sector dominante, congregando 91,2% do total de unidades do universo da CSES, seguindo-se as Sociedades não financeiras e Famílias, com 8,6% do total de unidades.

As Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias foram igualmente o sector mais relevante em termos de contribuição para o VAB da ES (71,6% do total), enquanto as Sociedades não financeiras e Famílias e as Sociedades financeiras geraram, respetivamente, 15,4% e 12,9% do VAB da ES, em 2016.

Onde se enquadram as ONGD na definição de Economia Social que encontramos legislada na Lei de Bases da Economia Social (Lei 30/2013, de 8 de Maio - Diário da República)?

De forma a responder à questão acima, saliento a classificação das ONG usada por Esteves *et al* (2015) no “Diagnóstico das ONG em Portugal”, aproximando-se das definições consideradas pela Classificação Internacional das Instituições sem Fins Lucrativos (CIISFL).

O desenvolvimento institucional das ONG em Portugal e a sua posição no conjunto das Organizações de Economia Social é largamente discutido na investigação “Diagnóstico das ONG em Portugal” (Esteves *et al*, 2015)³, levada a cabo pela Universidade Católica Portuguesa e orientada por Raquel Campos Franco, que inclui as organizações privadas e autónomas do Estado em que o resultado da atividade tem a natureza de bem público e os eventuais excedentes não podem ser distribuídos, pelo que se consideraram como ONG as IPSS, as

³ Este estudo serviu-se da plataforma Base de Dados Social, projeto que disponibiliza, de forma aberta à sociedade portuguesa, dados do Sector Social português servindo ONG, Fundações, empresas focadas em impacto social, investigadores, investidores, agências governamentais, entre outros públicos. A plataforma Base de Dados Social está a ser desenvolvida pelo *Nova Data Science Knowledge Center* no âmbito da Iniciativa para a Equidade Social.

misericórdias, as fundações e grande parte das associações da sociedade civil ativas no país.

Este diagnóstico (Esteves *et al*, 2015) mostra que o universo das ONG abrangia, naquele ano, 27.985 organizações, representando 45,7% das entidades que compõem a Economia Social, empregando 72,1% do conjunto da mão-de-obra que ali trabalhava. Em termos da sua localização, a maioria encontra-se no litoral, sendo que um quarto se localiza na área metropolitana de Lisboa, 29,4% encontram-se na faixa litoral entre Viana do Castelo e Setúbal, 17,5% no Interior Norte e Centro, e os restantes 15,3% distribuem-se entre o Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas.

Em termos macroeconómicos, em relação à representação no PIB, o VAB do sector das ONG, segundo o mesmo diagnóstico (Esteves *et al*, 2015) ascendeu a €2.247 milhões (cerca de 1,5% do PIB), abrangendo 174.618 postos de trabalho (3,5% dos existentes na economia nacional), na sua maior parte a tempo inteiro (158.832 trabalhadores a tempo inteiro).

Esta investigação concluiu ainda que as associações de apoio social desempenham um papel muito significativo nas atividades das ONG, de acordo com o levantamento, estas representam 65% do VAB produzido e 68% dos postos de trabalho das ONG. Em relação ao trabalho voluntário, levantou-se que 340.000 pessoas desenvolveram trabalho voluntário formal no sector das ONG, representando cerca de 63,7% do total dos voluntários nas áreas de atividade em que operam.

Ramos de atividade (A10)		N.º No.	Industry (A10)
1	Agricultura, silvicultura e pesca	13 1	Agriculture, forestry and fishing
2	Indústria, energia, água e saneamento	5 2	Industry, energy, water supply and sewerage
3	Construção	2 3	Construction
4	Comércio e reparação de veículos; transportes e armazenagem; alojamento e restauração	4 4	Wholesale and retail trade, repair of motor vehicles and motorcycles; transportation and storage; accommodation and food service activities
5	Atividades de informação e comunicação	77 5	Information and communication
6	Atividades financeiras e de seguros	0 6	Financial and insurance activities
7	Atividades imobiliárias	0 7	Real estate activities
8	Atividades profissionais, técnicas e científicas; atividades de serviços administrativos	1 006 8	Professional, scientific and technical activities; administrative and support service activities
9	Administração pública e defesa; segurança social; educação; saúde e atividades de apoio social	8 425 9	Public administration and defence; compulsory social security; education; human health and social work activities
	Dos quais:		Of which:
i	Educação	886 i	Education
ii	Atividades de saúde humana	379 ii	Human health services
iii	Atividades de apoio social	6 684 iii	Social work activities
10	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; reparação de bens pessoais e outras atividades de serviços	18 453 10	Arts; entertainment; repair of household goods and other services
	Dos quais:		Of which:
iv	Atividades das organizações associativas	11 228 iv	Associative organizations activities
Total		27 985	Total

Quadro 3 - Organizações Não Governamentais, por ramo de atividade económica. (Esteves *et al*, 2015, “Diagnóstico das ONG em Portugal”)

As ONG possuem como objeto e atividade principal a produção de bens e/ou serviços com “a natureza de bens públicos, ou seja, bens e serviços para os quais há ausência de exclusão no acesso ao seu consumo e ausência de rivalidade nesse consumo” (Esteves *et al*, 2015, pág. 54).

Para Alexandra Esteves e a sua equipa de trabalho⁴ as ONG produzem essencialmente os seguintes bens públicos: o aumento da coesão social, prestando serviços sociais a pessoas que, de outro modo, não teriam acesso a eles; contribuem para defender o património histórico, artístico e cultural; produzem bens e serviços culturais e artísticos de livre acesso; contribuem para elevar o nível geral de educação da população; e defendem os direitos humanos.

As atividades das ONG tendem a ter ausência de exclusão, isto é, todas as pessoas beneficiam independentemente de serem utentes, sócios ou clientes da organização, ou seja, a sociedade em geral, beneficia dos impactos que elas

⁴ Cf. Op. Cit.

geram. O produto das ONG, considerado como bem público, é o que corresponde ao resultado global da sua atividade, por exemplo, se uma ONG está a promover mais coesão social, melhor ambiente, direitos humanos mais bem protegidos, isso vai beneficiar toda a sociedade, mesmo que não beneficiem diretamente de bens ou serviços específicos promovidos pelas ONG. (Esteves *et al*, 2015).

2.2 Enquadramento das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)

As Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) são pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos. O seu estatuto jurídico encontra-se definido pela Lei nº 66/98, publicada em Diário da República a 14 de outubro de 1998.

Segundo este estatuto, a designação de ONGD inclui as organizações que desenvolvem ações nos países em desenvolvimento nos domínios da ajuda humanitária e de emergência, da proteção e promoção dos direitos humanos e da cooperação para o desenvolvimento.

Tendo em conta que, como refere David Lewis (2005), as ONGD se complexificaram, este estatuto parece encontrar-se bastante desatualizado. Segundo o autor, as ONGD hoje abrangem muito mais terreno, prestam serviços e fazem já atuações que têm vindo a provocar mudanças sociais, políticas, económicas e, apesar das várias críticas e percalços dos últimos anos, têm-se mostrado capazes de responder e sobreviver às várias problemáticas internas e externas que surgiram nas últimas duas décadas.

O conceito de ONGD pressupõe que o foco destas organizações é o desenvolvimento. Este termo está aberto a várias interpretações e tem sido alvo de críticas, existindo várias categorias de análise, não se tendo atingido ainda um consenso ou definição única. (Lewis, Kanji & Themudo, 2021).

As ONGD podem ser organizações muito grandes e multimilionárias internacionais ou pequenas organizações que trabalham apenas numa única comunidade ou região.

Mais recentemente, as ONGD entendem-se por instituições da sociedade civil que operam em três eixos de atuação: Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária (Oliveira, Ana Filipa & Carvalho, Ana Larcher (2020).

As ONGD são também denominadas por INGO (*Internacional Non Governamental Organizations*), referindo-se a grupos que trabalham além-fronteiras e, geralmente, em mais do que um país em simultâneo, trabalhando para prestar ajuda humanitária, económica, desenvolvimento ou em prol da justiça social, defesa de direitos humanos, do ambiente e muitas outras causas.

Na análise organizacional das ONGD, David Lewis considera que têm três papéis principais inter-relacionados e sobrepostos: implementadores, catalisadores e parceiros.

Algumas das características vantajosas das ONGD são a sua flexibilidade, a relação custo-eficácia e a capacidade para inovação que estas organizações demonstram.

No entanto, as ONGD têm sido alvo de preocupação no que concerne à sua falta de responsabilização, ao apoio que o seu carácter "privado" empresta aos paradigmas neoliberais e ao seu registo não comprovado na redução da pobreza em geral (Lewis, 2001).

Evolução e Importância das ONGD

Patra Golini *et al* (2015) referem que as ONG dedicadas ao desenvolvimento cresceram de forma exponencial e afirmaram-se como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento internacional.

Em meados da década de noventa, conforme refere Sarah Lister, as ONGD eram amiúde vistas como uma espécie de “bala mágica com a capacidade de ser disparada em qualquer direção e ainda assim encontrar o seu alvo” (2003, pág. 175).

Ao longo da última década observamos muitas reestruturações organizacionais das ONGD, não só pela rápida ascensão das novas tecnologias de comunicação, mas também pelo desejo de elas não se tornarem mais um substituto dos serviços governamentais em falta, pela sua forte inclinação para a mudança social, trazendo a questão dos direitos humanos para a mesa de forma

intensa. Isto levou a que surgissem novas formas de solidariedade no inventário mental da sociedade civil e das organizações (Fowler, 2000).

Para Fowler,

as tarefas que as ONGD estabelecem para si próprias e as expectativas de quem as financiam, são complexas e (provavelmente demasiado) exigentes (...) podem tocar cerca de 20 por cento dos pobres do mundo. No entanto, os dados sugerem que a contribuição das ONGD para a mudança social é menos substancial e duradoura do que imaginado (Fowler, 2000, pág. 7).

No seu livro *Non-Governmental Organizations and Development*, Lewis (2021) diz-nos que as ONGD se têm tornado muito importantes, principalmente desde os finais dos anos 80, possivelmente devido ao crescimento das agendas políticas neoliberais e a emergência de ideias e práticas de desenvolvimento alternativas.

Os níveis de atenção internacional que as ONGD recebem aumentou consideravelmente, assim como o crescente fluxo de recursos e a atenção pública pelos meios de comunicação.

De facto, o perfil das ONGD tem-se modificado, tanto nos países industrializados, como nos de baixos rendimentos. Os apoios prestados por estas organizações não se cingem apenas em apoios do “Norte” para o “Sul”, mas englobam uma complexidade crescente dado que em todos os países e em cada continente, região ou cultura apresentam características distintas.

A importância das ONGD como atores de influência na arena global é impulsionada pelo sistema das Nações Unidas e o seu impulso de democracia participativa que relega às ONGD, tanto do Sul como do Norte, o espaço institucional necessário à participação em temas como os direitos humanos, a população, as desigualdades enfrentadas pelas mulheres e o ambiente (Kamat 2004; Wright 2012).

As ONGD tornaram-se cada vez mais híbridas, e têm enfrentado dificuldades e críticas, levando a pressão na procura de financiamentos e busca pela legitimidade. (Lewis, 2001). A par do aumento de importância, veio o aumento

do escrutínio. Talvez haja agora oportunidade para uma análise mais realista sobre o que ONG para o desenvolvimento podem alcançar, como o vão realizar e quais as formas de inovação que realmente funcionam (idem).

Caracterização das ONGD Portuguesas

As ONGD têm sido criadas essencialmente como organizações da sociedade civil nas nações mais ricas e atuam em países de baixo rendimento económico onde a escala do fracasso do governo pode ser mais significativa e onde as comunidades lutam para suprir necessidades básicas como água limpa, saneamento, escolas ou hospitais.

Herdeiras do ativismo transnacional do século XIX, como o abolicionismo e o movimento da Cruz Vermelha, as ONGD, como as conhecemos hoje, têm origem nos movimentos de solidariedade internacional dos anos 60 e 70 do século XX, ligados nomeadamente à luta pela descolonização e à oposição às guerras localizadas e periféricas da Guerra Fria (Davies 2014; Fowler 2011).

Em Portugal, o CIDAC é considerado a primeira ONGD portuguesa, fundada em 1977, com origens no movimento anticolonial.

Nas décadas seguintes, mas sobretudo a partir da viragem do século, o número de ONG em Portugal vai aumentando e vai-se diversificando com organizações com visões, missões e modos de atuação muito diversos.

As ONGD portuguesas atuam em diversas regiões do Mundo. A África Subsaariana é a zona onde há mais ONG portuguesas a desenvolver atividades, seguida da Europa e Ásia Central, onde atuam e as regiões com menos presença destas organizações são o Norte de África, Médio Oriente, e Sul da Ásia (Araújo, 2016).

As ONGD atuam em diversas áreas tais como, e por ordem de frequência decrescente: pobreza e exclusão social; emprego e inserção na vida ativa; educação não formal/alfabetização; segurança alimentar; economia alternativa; microcrédito; desenvolvimento rural ou urbano; e ainda xenofobia (Araújo, 2016).

Estudos sobre as ONGD em Portugal

Em Portugal têm sido desenvolvidos alguns estudos sobre as ONGD que acompanham as principais mudanças de contexto, os impactos das alterações do financiamento e de outras dimensões com relevo na dimensão das ONGD em Portugal. A tese de mestrado de Mariana Pesanha (2019) mostra-nos uma contextualização histórica e crítica acerca desses estudos, da qual destacamos que as ONGD são caracterizadas pelo seu estatuto não lucrativo e pela orientação de intervenção *bottom-up* e que têm como objetivo contribuir para a promoção de processos de transformação social com vista ao bem-estar social.

No estudo realizado por Mariana Pesanha (2019) percebe-se que evolução das ONGD portuguesas teve três fases, citando:

- a) Uma primeira fase mais assistencialista, cujo principal objetivo se prendia com a distribuição de serviços para colmatar necessidades locais;
- b) Numa segunda fase as ONGD focavam-se mais na capacitação e na autonomização das populações, promovendo o desenvolvimento local de pequena escala e o desenvolvimento comunitário;
- c) E mais tarde, numa terceira fase, após o *boom* de ONG nos países do Sul, surgem os sistemas de desenvolvimento sustentável onde as ONGD assumem um papel de facilitadoras seguindo questões estratégicas como a sustentabilidade dos projetos, a amplitude de impacto e a recuperação do investimento. (Pessanha, 2019)

Ana Filipa Oliveira e Ana Larcher Carvalho (2020) realizaram uma investigação, que refletiu sobre o papel que as ONG hoje desempenham no Desenvolvimento e na Cidadania, que lhes permitiu identificar as tendências e produzir um conjunto de recomendações para debate no sector e com outros atores de relevância. O período de estudo coincidiu com o período pandémico, levando-as a ter em consideração as alterações geopolíticas e a crise no multilateralismo, o fechamento progressivo do espaço cívico, a revolução tecnológica e o agravamento das desigualdades à escala planetária.

Verificou-se um desinvestimento da Cooperação bilateral, diminuição no diálogo entre sector público e organizações da sociedade civil sobre as opções estratégicas da Cooperação Portuguesa, assim como a despolitização crescente do sector das ONG. O parco financiamento público destinado a apoiar projetos da iniciativa das ONG constituem também um desafio crescente (Oliveira & Carvalho, 2020).

Sara Quintas (2014) analisou as características das ONGD que as distinguem de outro tipo de organizações, mencionando, ainda, os desafios e as dificuldades que têm de enfrentar a nível interno, na sociedade portuguesa e nos próprios países onde estão, a qualidade e a eficácia da sua intervenção, o impacto que têm na vida das pessoas e as mudanças que estas evidenciam.

Segundo este estudo, as ONGD portuguesas caracterizam-se por: promover um seguimento das diretrizes europeias e internacionais e tentar que estas sejam coerentes com a intervenção desenvolvida; marcar presença maioritária nos PALOP e em Timor, devido à língua oficial comum, aos sistemas administrativos e legais semelhantes e aos laços históricos e culturais criados; em relação à cooperação para o desenvolvimento, as ONGD portuguesas orientam-se pela racionalização e otimização dos recursos disponíveis, que são limitados, e, por isso, aplica-os nos países onde tem mais experiência (Quintas, 2014).

No seu relatório percebeu que as especificidades das ONGD se concentram, sobretudo, nas suas finalidades e no tipo de intervenção que realizam. No que concerne às suas finalidades, destaca-se o “facto da grande maioria dos entrevistados considerar as organizações, tal como a Plataforma Portuguesa das ONGD (2012), agentes facilitadores e catalisadores que, cada vez mais, responsabilizam os atores locais pelo seu próprio desenvolvimento de maneira a criarem condições para que estes sejam capazes de continuar os projetos, mesmo sem a sua presença.

Enquanto facilitadoras e catalisadoras, procuram também consciencializar as comunidades com os conhecimentos e as experiências que já possuem neste campo, levantando questões, alertando para os riscos e as

potencialidades de determinada ação e incitando a reflexão (Quintas, 2014, pág. 70).

No que toca ao tipo de intervenção, ressalva-se a proximidade que as ONGD buscam criar junto das populações, de forma que estas se sintam parte integrante dos projetos e se apropriem deles, privilegiando abordagens de baixo para cima, as quais permitem uma compreensão mais contextualizada das necessidades e dos problemas que exigem uma intervenção.

No entanto, neste trabalho de Sara Quintas (2014) conclui-se que apesar das pessoas apoiarem as organizações e considerarem a cooperação importante, depois, na prática, o seu valor não é reconhecido. As ONGD têm uma relação com a sociedade portuguesa que, segundo as opiniões dos entrevistados, é pautada por “uma descrença que se deve à falta de reconhecimento público, à falta de discussão política e à falta de conhecimento da intervenção” (op cit. pág.72).

Também na Plataforma Portuguesa das ONGD, em parceria com o Banco Mundial, de outubro de 2005, é possível encontrar uma seleção de alguns aspetos centrais de caracterização destas organizações da sociedade civil e das suas atividades, nomeadamente, a distribuição das ONG por natureza jurídica, as opções geográficas de atuação, projetos por país, áreas temáticas de atuação, fontes de financiamento, projetos cofinanciados, balanço financeiro.

Tendências para o Futuro das ONGD portuguesas

Como anteriormente referimos, uma das questões iniciais deste relatório é perceber quais os principais desafios com que as ONGD portuguesas se têm deparado ao longo das suas atividades. Pessanha (2019) mostra-nos, com a sua investigação, que os principais desafios destas têm sido: o financiamento e dependência, a procura dos resultados, a crescente exigência na prestação de contas e as novas parcerias.

O aumento da relevância deste tópico nas agendas políticas e estratégicas de diversas organizações internacionais e regionais, como a OCDE, UE e ONU, tem trazido para o debate a questão da Cooperação para o

Desenvolvimento (Rodrigues, 2022), também denominada, Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).

As tendências globais complexificam as ONGD Portuguesas e desafiam o seu papel, o seu propósito, a sua legitimidade e a sua visão estratégica. Deste modo, as ONGD terão de se continuar a atualizar, a procurar responder aos desafios e tendências globais garantindo que continuam estrategicamente relevantes e atuais para que mantenham o seu papel de transformação social (Oliveira & Carvalho, 2020).

As ONGD conseguiram responder internacionalmente, e em geral, apenas parcialmente às elevadas e irrealistas que inicialmente tinham, no entanto, “os elevados recursos que continuam a obter, combinados com uma exposição e escrutínio público sem precedentes, atestam a continuidade da sua importância e relevância” (Lewis, 2010, pág. 1062).

Analisando as tendências globais e as tendências de mudança que influenciam a intervenção das ONGD portuguesas, consideramos que os principais constrangimentos se refletem na falta de independência das ONGD, no facto de as prioridades das organizações estarem cada vez mais vinculadas às prioridades das agendas políticas, do financiamento por vezes deturpar a missão das organizações e pressionar à prestação de serviços diminuindo o direito de iniciativa e o *advocacy*. O contexto político e de financiamento condiciona cada vez mais a expectativas autonomia e o direito de iniciativa das ONGD portuguesas, intervindo na definição das suas estratégias, das áreas de intervenção e até das áreas geográficas (Pessanha, 2019).

Sara Quintas (2014) nota que ainda que as ONGD se assumam como entidades independentes, no contexto português, um dos principais desafios da sua intervenção é o financiamento e a diminuição dos apoios a concedidos. Esta tendência tem sido justificada por vários motivos: a situação de crise financeira; a cooperação para o desenvolvimento não ser uma prioridade política; e os doadores privados tenderem também a diminuir as contribuições. Isto leva a aumento e diversificação das formas de se financiarem a fim de conseguirem criar sustentabilidade.

Um outro desafio, referido no mesmo estudo, é a definição estratégica e a clara necessidade de as organizações definirem objetivos e orientarem-se para a ação, percebendo como é que querem fazer para concretizarem os objetivos definidos.

Outro desafio prende-se com os recursos humanos e a sua formação, pois há uma dificuldade evidente.

Por último, foi mencionado como desafio das ONGD, a “comunicação a dois níveis: na sensibilização da sociedade e na preservação dos seus valores. A falta de visibilidade destas organizações exige que façam, em paralelo com os seus projetos de intervenção, um amplo trabalho de sensibilização e de educação para o desenvolvimento junto de escolas, entidades políticas, meios de comunicação social” (Quintas, 2014, pag.79).

Ana Luísa Silva, Luís Pais Bernardo e Luís Mah (2021), numa recente investigação, perceberam que as principais tendências na CID passam por:

Começarem a dar espaço nas suas prioridades ao crescimento económico, à criação de emprego e à construção de infraestruturas para além dos tradicionais sectores sociais como a educação ou a saúde; a ajuda pública ao desenvolvimento passa a ser utilizada como catalisadora de investimento privado através de novas modalidades de financiamento como o *blended finance*; o sector privado passa a ser visto e promovido como parceiro ideal para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; e a mediação da eficácia parece ter deixado de estar sujeita aos princípios definidos no Acordo de Paris de 2005 - apropriação, alinhamento (previsibilidade e desligamento), harmonização, gestão centrada nos resultados (avaliação de impacto e monitorização) e responsabilização mútua (Silva *et al*, 2021, pág. 19).

O governo português tem revelado um interesse cada vez maior em envolver o sector privado na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, apoiando o seu desenvolvimento nos países parceiros, pela criação de um

ambiente favorável para as empresas e pelo aumento de parcerias entre ONGD e empresas portuguesas (Silva et al, 2021).

A Agenda 2030 trouxe um outro ator “privado” para o centro do debate - as empresas - cuja posição e papel como ator da CID se transforma com a nova agenda global para o desenvolvimento sustentável, vindo alterar a situação anterior em que as ONGD eram os atores “privados” com maior expressão e as organizações da sociedade civil de cariz internacional do “Norte” desenvolviam ações no terreno nos países do “Sul”, como em campanhas de sensibilização e advocacia junto dos países ricos (Silva et al, 2021).

Olhar para a CID através do prisma da complexidade significa também que a localização da CID é, além de uma aspiração legítima, um desafio com potencial transformativo que ultrapassará resultados imediatamente observáveis. Se os indivíduos, comunidades e ONGD, nos seus próprios contextos, tendem a compreender melhor as suas prioridades, essa compreensão é um motor de mudança adaptativa no sector (Silva et al, 2021, pág. 34).

O trabalho realizado por Ana Luísa Silva, Luís Pais Bernardo e Luís Mah (2021) apresenta, a nosso ver, um contributo importante para entender qual o futuro para as organizações de desenvolvimento e de cooperação internacional, apontando as seguintes linhas:

- a) Em relação aos sistemas e problemas prevê-se que os sistemas sejam mais abertos, dinâmicos, não-lineares e possuam padrões macro que surgirão de interações e comportamentos micro;
- b) os indivíduos e grupos irão misturar formas de pensar e de agir e aprender com os erros e enviesamentos, adaptando-se e reorganizando-se ao longo do tempo;
- c) Socialmente, as relações e interações cada vez importarão mais (cultura, pertença comunitária, crenças, valores) e as instituições e relações passarão a ter, cada vez mais, lastro histórico e dependerão da sua trajetória;

- d) Finalmente, em termos de mudança social, a relação complexa entre causa e efeito intensificar-se-á e a mudança qualitativa mostrar-se-á mais e mais importante incorporando a incerteza e improbabilidade.

Verifica-se, portanto, que há vários caminhos possíveis, com diferentes implicações, e cabe às organizações refletirem sobre eles à luz do mundo multiplexo e da complexidade. É necessária uma aposta na capacitação dos recursos humanos em matéria de *advocacy*, de influência política e comunicação, de forma a possibilitar o acompanhamento dos temas relacionados com a Cooperação para o Desenvolvimento nas ONG, tanto a nível nacional e internacional, assim como apostar num maior diálogo com o sector público, responsável pela definição e implementação da política de Cooperação Portuguesa, quer a nível político, quer a nível técnico, e é crucial uma reflexão exponencial sobre o papel das ONG portuguesas nas formas de articulação com os países onde atuam e nas parcerias com o tecido não-governamental local (Silva et al, 2021).

Outro contributo importante sobre esta questão é o trabalho realizado pelas autoras do projeto “As ONGD Portuguesas Perante As Mudanças Globais: Diferentes perceções sobre o papel das ONGD na Cooperação e na Cidadania” (Oliveira & Carvalho, 2020), que realizaram várias entrevistas a responsáveis políticos, deputados e responsáveis pela área da Cooperação Portuguesa nas instituições públicas, jornalistas, académicos e atores do sector privado, aprofundadas com responsáveis de várias ONGD portuguesas, selecionadas, de acordo com a sua experiência, no panorama das ONGD portuguesas e as suas áreas principais de atuação. Trata-se, portanto, de um estudo que engloba múltiplas perspetivas numa análise multidimensional da mudança e do impacto na ação das ONGD portuguesas no que diz respeito à Cooperação para o Desenvolvimento e Cidadania.

As mudanças globais constantes e repentinas acentuaram-se fortemente, de tal forma que, em pouco tempo, tínhamos países como China, a Índia, o Brasil, a Rússia e a África do Sul a emergir como financiadores de Cooperação para o Desenvolvimento e a ganhar espaço alterando as relações de poder na Cooperação Internacional e agora estas parcerias fragmentaram-se totalmente

com o surgimento de conflitos bélicos que vieram alterar o cenário geopolítico de forma complexa. A mobilização de novos movimentos sociais, ampliada pelas redes sociais de uma forma não estruturada, representa um desafio para a sociedade civil mais organizada como as ONG, levantando diversas novas questões (Oliveira & Carvalho, 2020).

Muitos dos membros de ONG entrevistados no estudo de Oliveira & Carvalho (2020) consideram ainda que a Cooperação Portuguesa “carece de orientação estratégica e de um consenso generalizado sobre as principais prioridades e objetivos e que é uma área a que politicamente não se atribui ainda grande importância” e ainda que tem vindo a perder a sua identidade e estratégia que norteie a política e os programas de Desenvolvimento (2020, pág.24).

Portugal limita-se a implementar projetos da UE e o bolo financeiro desses projetos é cada vez maior. Talvez isto explique a fragilidade da Cooperação Portuguesa. Em termos estratégicos, Portugal limita-se a ser um braço da UE” (Luís Mah, investigador no CEsA/ISEG entrevistado in Oliveira & Carvalho (2020)

Embora os inquiridos neste estudo façam considerações sobre o facto de existir um nível de visibilidade das ONG no espaço público relativamente baixo, cerca de metade dos inquiridos considera fundamental o trabalho das ONG para a cidadania e mais de 41% considera que “é cada vez mais importante, perante as mudanças de contexto globais, na medida em que reforça a intervenção dos cidadãos e cidadãs no espaço público” (Oliveira & Carvalho, 2020, pág. 65).

A necessidade de promover mais sinergias e parcerias entre as ONGD portuguesas é confrontada com a diversidade de missões e formas de atuação que dificultam este processo, essencialmente por questões de financiamento e, até mesmo, comunicação e sinergias entre parceiros.

Susana Rodrigues (2022) reitera que as ONGD cumprem a missão crucial e já histórica de pressão para que os governos estabeleçam um maior compromisso em matérias da Coerência para as Políticas de Desenvolvimento e que estas impulsionam a vontade política para a implementação dos compromissos assumidos, posto que dispõem de conhecimentos úteis para a elaboração de políticas baseadas em evidências, e ainda, monitorizam a aplicação da abordagem mobilizando o público. Conclui ainda que as ONGD desempenham um papel imprescindível na correta e fundamentada aplicação da Coerência para as Políticas de Desenvolvimento (CPD).

3. Inovação Social, Impacto e Mudança Social

Feito o enquadramento das ONGD portuguesas, prosseguiremos com uma abordagem do papel de inovação social que estas organizações exercem e o seu impacto social, procurando também identificar formas como as ONGD medem o seu impacto e o seu desempenho, lembrando que os impactos sociais possuem uma série de fenómenos intangíveis (Andrea Bassi, 2012) que pela sua subjetividade, se tornam complicados de avaliar.

Como primeiro passo, partimos da relação entre inovação social e mudança social, apresentada no trabalho de Howaldt *et al* (2014), intitulado “*Social Innovation: Driving Force of Social Change*“, que considera que as Organizações do Terceiro Sector (OTS) se estabelecem com uma missão de resolução de uma problemática social, melhoria de uma condição social, ou mudança social.

Seguidamente, tentaremos entender o papel de inovação social que as ONG possuem o impacto social e perceber que valor estas organizações do terceiro sector acrescentam. Entendendo as ONG como fomentadoras de coesão social, mudança social, e não apenas como solucionadoras dos efeitos dos problemas sociais, propõe-se uma análise sobre o conceito de inovação social, na busca da relação que esta estabelece com o impacto social, de acordo com a literatura especializada.

Na literatura encontramos várias definições e versões do conceito de Inovação Social (IS), que podemos verificar no quadro 4. Este quadro foi construído com base no quadro de Santos, T. K. B. dos (2019, pág. 32) onde foram adicionadas, outras definições (Phills, Deiglmeier e Miller, 2008; Robin Murray, Julie Caulier-Grice, Geoff Mulgan, 2010, Monteiro, 2019) que consideramos relevantes.

Autor	Conceito
Taylor (1970)	Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.
Fleury (2001)	O processo de inovação social produz o efeito de reconstruir os sistemas de relações sociais, bem como a estrutura de regras e recursos que reproduzem tais sistemas. Portanto, segundo a autora, somente se fala em inovação social “quando as mudanças alteram os processos e relações sociais, alterando as estruturas de poder pré-existentes”.
Lévesque (2001)	As inovações sociais são pensadas como eventos nos quais novas soluções são implementadas com a finalidade de resolver uma situação de precariedade social.
Dagnino e Gomes (2000 in Dagnino et al.,2004)	Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.
Stanford Social Innovation Review (2003)	O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais.
Goldenberg (2004)	Inovação social é o desenvolvimento e a aplicação de novos ou melhorados atividades, iniciativas, serviços, processos ou produtos desenhados para superar os desafios sociais e econômicos enfrentados por indivíduos e comunidades.
Novy e Leubolt (2005)	A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação.
Rodrigues (2006)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.
Moulaert et al.(2007)	Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e de poder) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan et al.(2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas por meio de organizações cujos propósitos primários são sociais.
Phills et al. (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como todo e não indivíduos em particular.
Pol e Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade de vida.
Hochgerner (2009)	Inovações sociais são novos conceitos e ações aceitos por grupos sociais impactados que são aplicados para superar desafios sociais.

Murray et al.(2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.
Howaldt e Schwarz (2010)	É uma nova combinação e/ou uma nova configuração de práticas sociais em determinadas áreas de ação ou contexto social promovidas por determinados atores com o objetivo de melhor, satisfazer ou responder às necessidades e problemas da sociedade.
Bignetti (2011)	É o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral.
Rollin e Vicent (2007)	A inovação social é considerada como uma alternativa que oferece novas oportunidades, com distribuição de renda de forma mais equitativa, diferenciando-se daquelas que enfatizam o aspecto tecnológico por não se enquadrarem na lógica de competitividade ou de atendimento dos caprichos dos clientes.
Castor (2007)	Compreende “a busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de “arranjos sociais alternativos” para produzir algo”. E define os arranjos sociais alternativos como sendo outras formas de organizar o esforço coletivo de produção, diferenciando das formas tradicionais de produção. Portanto, formas diferentes daquelas normalmente adotadas pelas empresas estritamente econômicas, cujo objetivo de constituição está focado no lucro e na competitividade. Visa à criação de projetos inovadores com fins econômicos e sociais.
Westley (2008)	A inovação social é uma iniciativa, um produto, processo ou programa, que altera profundamente as teorias básicas, recursos e fluxos de autoridade ou crenças de qualquer sistema social.
Phills, Deiglmeier e Miller (2008)	Uma solução nova para um problema social que é mais eficaz, eficiente, sustentável, ou apenas a solução existente e para a qual o valor criado se dirige principalmente à sociedade como um todo e não a indivíduos privados.
Robin Murray, Julie Caulier-Grice, Geoff Mulgan (2010)	Verificam 3 correntes: uma que explora os processos organizacionais e sociais que produzem inovação, tal como criatividade individual, organizacional, estrutura, contexto ambiental e fatores sociais e econômicos; outra corrente aborda a inovação como um resultado que se manifesta em novos produtos, características do produto, e produção de método; e por fim, as formas híbridas, que exploram ambos os ramos, numa mesma teoria investigativa.
Mulgan et al, (2011)	Inovações sociais são inovações que são sociais, tanto em seus fins como em seus significados, isto é, são novas ideias (produtos, serviços e modelos) que atendem simultaneamente as necessidades sociais (de forma mais eficaz do que as alternativas) e criam novas relações sociais ou colaborações. Noutras palavras, são inovações que são boas para a sociedade e melhoram a capacidade da sociedade para agir.
Oliveira e Silva (2012)	O conceito de inovação social no sentido de gerar mudanças sociais remete à ideia de preocupação com a melhoria das condições de vida, de gerar oportunidades e proporcionar uma sociedade mais fraternal. Logo, a inovação social surge de um desejo ou de uma necessidade que não está sendo satisfeito pelo Estado, ou pelo Mercado e que encontram, principalmente, nos países em desenvolvimento, mais espaço de atuação, pelas condições de degradação da vida humana.

Centre for social innovation (2016)	Inovação social refere-se à criação, desenvolvimento, adoção e integração de novos conceitos e práticas que colocam as pessoas e o Planeta em primeiro lugar. Inovações sociais resolvem desafios sociais, culturais, económicos e ambientais existentes.
Monteiro (2019)	A sua proposta de um novo modelo estratégico para a inovação social local resulta da combinação de dois eixos fundamentais: um eixo instrumental (inovações setoriais + governança e externalidades) e um eixo político (aprendizagem coletiva + missão social e visão transformadora).

Quadro 4 – Definições sobre Inovação Social.

O termo inovação social é, assim, definido de variadas formas, pelos vários sectores - económico, político, social, cultural e terceiro sector – coexistindo muitos tipos de inovação social.

No livro *The Open Book Of Social Innovation*, Robin Murray, Julie Caulier-Grice e Geoff Mulgan (2010) explicam exaustivamente os processos de inovação e quais as condições favoráveis à inovação social.

Uma inovação social pode ser um produto, processo de produção ou tecnologia (muito semelhante à inovação em geral), mas também pode ser um princípio, uma ideia, um ato legislativo, um movimento social, uma intervenção, ou alguma combinação entre eles. Poderíamos considerar que a formação de uma organização não governamental pode ser uma inovação social? Ou uma atividade ou projeto é a inovação social? Que teria a organização de ter como fatores decisivos para ser considerada socialmente inovadora?

Para Robin Murray, Julie Caulier-Grice e Geoff Mulgan (2010) o paradigma em torno da inovação social mudou. Os autores apresentam vários exemplos, como no sector da Saúde, onde a inovação na autogestão das doenças e da saúde pública é mais evidente do que em torno dos hospitais, o facto de se encontrar mais inovação em termos de reciclagem e eficiência energética do que na produção de energia em grande escala; observar-se mais inovação na participação pública do que nos parlamentos e assembleias e a existência de mais inovação na promoção do envelhecimento ativo do que no sector público na provisão de pensões.

No sector político, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia estabeleceram no Regulamento de 11 de dezembro de 2013 a criação de um programa para o Emprego e a Inovação Social, onde esta é colocada como uma peça crucial para dar resposta aos vários desafios sociais modernos.

A inovação social é referida como dinamizadora de respostas a necessidades sociais não satisfeitas ou insuficientemente satisfeitas,

no que toca ao combate à pobreza e à exclusão social, à promoção de um elevado nível de emprego sustentável e de qualidade, à garantia de uma proteção social adequada e que impeça a pobreza e à melhoria das condições de trabalho e do acesso das pessoas vulneráveis aos cuidados de saúde e à formação, tendo na devida conta o papel das autoridades regionais e locais (Regulamento (UE) nº 1296/2013, L 347/238).

Neste documento é ainda relevada a importância das parcerias e redes transnacionais entre os agentes dos sectores público e privado e do terceiro sector.

A investigação sobre inovação social é também encontrada em literatura económica, onde as inovações sociais são interpretadas como novas formas de criar respostas eficazes para os maiores desafios do nosso tempo: sustentabilidade ambiental, saúde e bem-estar e eliminação da pobreza (Murray, Caulier-Grice & Mulgan, 2010).

3.1 Inovação Social nas ONGD portuguesas

Para entender ainda melhor o papel das ONGD portuguesas é importante perceber as suas práticas e onde, como, e em que medida, encontramos a sua inovação social.

Ana Luísa Silva e Renata Assis promoveram o primeiro estudo alargado sobre inovação nas ONGD portuguesas, intitulado “Inovação e Mudança nas Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento Portuguesas”, dando a seguinte definição de inovação para o desenvolvimento:

A implementação de novas tecnologias, produtos, serviços, processos, modelos de negócio/sociais/organizacionais, parcerias e mecanismos de financiamento que procuram resolver problemas complexos de

desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento (Silva & Assis, 2022, pág. 19).

Segundo as mesmas autoras, a sociedade civil inova nas áreas onde o Estado e as empresas não conseguem chegar e as inovações sociais são soluções, ideias ou invenções que têm o intuito de resolver problemas sociais ou que respondem a necessidades ou objetivos coletivos.

As autoras realizaram a sua investigação com uma amostra de 46 ONGD portuguesas e perceberam que pouco mais de metade das ONGD da amostra afirmou ter sistemas de monitorização e avaliação do seu trabalho, e os que existiam incidiam sobre os projetos e apenas metade desses a nível organizacional.

Neste mesmo estudo, uma das questões feita às ONGD era qual o significado de inovação dentro do trabalho que realizavam, sendo pedido que apresentassem palavras-chave e no total, acabaram com 100 palavras diferentes.

As principais, por ordem de importância decrescente: «Adaptação» e «Criatividade»; «Sustentabilidade», «Impacto», «Mudança», «Parcerias», «Novidade», «Diferente», «Cooperação» e «Melhoria de Processos»; «Tecnologia», «Eficiência» «Aprendizagem».

O que foi encontrado, tal como outros autores já mencionados também perceberam, é a noção de três formas de inovação: interna, externa e híbrida ou holística, e, independentemente das formas de inovação, estas constituem uma prioridade «Alta» ou «Muito Alta» no âmbito do trabalho que desenvolvem as ONGD em Portugal.

A inovação, segundo as ONGD portuguesas que responderam ao inquérito do estudo mencionado, é vista como prioridade por ser uma ferramenta para responder a desafios, problemas e necessidades dos públicos-alvo, e ainda ser uma forma de as organizações se adaptarem e responderem a novas realidades e aos desafios atuais.

Silva, A. L., Bernardo, L. P., & Mah, L. (2021), lembram que “face à crise da democracia liberal, a sociedade civil alerta para a redução do espaço cívico ou, por outras palavras, do espaço público que é tradicionalmente a esfera de

acuação da sociedade civil em democracia” (ibidem, pág. 33) e consideram que a inovação para as ONGD não é um caminho fácil. Apesar de cultivar uma narrativa de inovadores sociais, que procuram alternativas ao sistema dominante, a evolução do sector enquanto prestador de serviços e executor de projetos a curto e médio prazo, não parece cultivar uma cultura de inovação (Whitehead, 2016).

Víctor Valero-Amaro, Clementina Galera-Casquet e María Barroso-Méndez (2021), que promoveram um estudo alargado nas ONGD de Espanha, verificaram que sem uma clara orientação para a inovação é difícil obter sucesso em novos projetos. Na conclusão deste estudo, consideraram que a promoção de um modelo de inovação estruturado, é fundamental para a sustentabilidade das organizações, porque promove uma maior legitimidade, através do aumento do seu impacto. Esta investigação mostrou também a causalidade entre a orientação para a inovação e a obtenção de um nível mais elevado de sucesso e impacto nos projetos e ações levados a cabo por ONGD.

Evans (1996), noutra abordagem, refere que as ONG e o Estado não complementam apenas os trabalhos de cada um, mas podem ser criadas sinergias úteis se a relação for reforçada numa base clara de divisão do trabalho, no reconhecimento mútuo e aceitação destes papéis (Evans, 1996). Uma das problemáticas na construção destas sinergias é a curta duração que muitos dos projetos das ONG possuem, além de, algumas vezes, estarem em ambientes adversos e situações críticas.

Evans (1996) faz alusão a contextos particulares de sucessos sinérgicos, que sugerem que mesmo quando o contexto social e político é pouco auspicioso as inovações culturais e organizacionais criativas ainda podem produzir resultados e contruir a sinergia depende da transformação das visões de mundo estabelecidas. Por vezes, envolve a introdução de "tecnologias suaves" inovadoras no nível organizacional, outras envolve, simplesmente, repensar a natureza do problema que uma agência governamental está a tentar resolver.

3.2 Avaliação do Impacto Social e Valor Social Acrescentado

Dentro do enquadramento acima realizado, em seguida procuramos problematizar a avaliação do Impacto Social das atividades e das Inovações Sociais promovidas pelas organizações e conhecer ferramentas utilizadas para dar resposta a estas questões, esta reflexão inicialmente pretendia resultar numa possível avaliação futura dentro do contexto de estágio.

No que concerne à avaliação do impacto, tal como do desempenho das ONG, percebemos que esta depende dos contextos, da história, da cultura e até mesmo da economia, política e religião.

Algumas questões que levaram à realização deste subcapítulo foram:

- a) Qual o estado da arte das metodologias utilizadas para avaliação de ONG que permitam a análise da qualificação, aferição de desempenho, resultados, impactos sociais, valor social acrescentado?
- b) Que instrumentos e quadros estão a ser desenvolvidos para conhecer os resultados de desempenho quantitativos e qualitativos das ONGD?

A análise deve incidir tanto nos resultados pretendidos como nos não pretendidos e deve também incluir o impacto positivo e negativo de fatores externos, como a evolução dos termos de troca e das condições financeiras.

Ao avaliar o impacto de um programa ou de um projeto, é útil construir ferramentas que permitam considerar questões como:

- a) O que aconteceu em resultado do programa ou projeto?
- b) Que diferença real fez a atividade para os beneficiários?
- c) Quantas pessoas foram afetadas?

A pertinência destas questões é validada pelas opiniões de autores como Peter Schmitz (2020), que considera a questão da avaliação uma chave fundamental para a legitimidade das organizações não governamentais internacionais, e verificou, nas suas pesquisas, que estas se empenharam, por

décadas, na inovação tática e estratégica para poderem demonstrar a sua capacidade para resolver questões como a pobreza, as violações dos direitos humanos e a destruição do ambiente e não servirem, como muitas vezes é julgado, apenas como um alívio temporário das problemáticas.

É preciso notar que muita desta análise crítica, antes, como agora, provinha dos próprios membros das ONG que refletiam sobre os limites da sua própria ação. Todas estas questões desencadearam transformações internas nas ONG, levando, por exemplo, à introdução da avaliação como uma das formas de perceber a eficácia das suas ações. No entanto, devido aos custos e recursos humanos necessários para realizar avaliações, ainda são escassas as realizadas formalmente. Além disso, “a avaliação é ainda vista como uma imposição externa e não como um processo de aprendizagem”. (Oliveira & Carvalho, 2020, pág. 40).

As ONGD debatem-se com a necessidade de mostrar o impacto das suas atividades e projetos, para além dos tradicionais, e este é um exercício difícil porque a mudança social é complexa e influenciada por diversos fatores como a comunicação com públicos tão diferentes como governos, parceiros, cidadãos e doadores (Silva et al, 2021).

Encontrar modelos de análise do sucesso de uma organização social, ou mesmo falar de sucesso em si, é problemático e complexo, principalmente quando nem mesmo os próprios conceitos e palavras utilizadas são menos controversos. Quando falamos em temas como direitos humanos, por exemplo, o que pode ser considerado sucesso por um lado, pode ser contestado ou criticado por outro.

David Lewis (2001), questionando-se sobre a eficácia das ONG, apresenta vários argumentos sobre a questão da equidade, dado que as ONG conseguem chegar a estratos da população invisíveis ou intocados pelos serviços públicos, o que poderá ajudar e encorajar a maior participação das pessoas mais pobres e esquecidas.

O autor menciona que o conceito de eficiência é utilizado pelo sector económico relativamente às ONG, sustentando que estas prestam serviços de forma mais rentável e são capazes de gerar intervenções mais autossuficientes e sustentáveis do que as agências governamentais. Por outro lado, o argumento

político é que as ONG são menos vulneráveis a convulsões súbitas e mudanças políticas inesperadas do que as agências governamentais, além de, geralmente, possuírem uma agenda política que procura ganhar votos ou construir outro tipo de relações de poder (Lewis, 2001).

Lewis (2001) considera também possível a criação de um sistema de indicadores capaz de compreender e medir a especificidade e distinção das organizações sociais do Terceiro Sector e considera crucial uma avaliação comparativa (“benchmarking”) para perceber o seu desempenho tanto a nível micro, meso, como macro.

A Complexidade de encontrar um Método de Avaliação

“Como é que se faz este equilíbrio de medir resultados e queremos que as instituições reflitam e utilizem a avaliação para a inovação? Faz-se a avaliação de projeto para cumprir objetivos, mas não há aprendizagem no final de cada projecto. A cultura da avaliação é cada vez mais necessária”

Maria Hermínia Cabral (Fundação Calouste Gulbenkian *in* Oliveira & Carvalho, 2020)

Luca Bagnoli e Cecilia Megali (2011) dão um interessante contributo para a questão da avaliação porque apresentam um sistema de medição de desempenho e do sucesso para empresas sociais, apresentando um quadro de controlo multidimensional apropriado para a gestão de uma empresa social. Os autores fazem ainda uma revisão da literatura da Avaliação do Impacto Social (SIA), que se iniciou em 1994 com a formação das “Diretrizes e Princípios para a Avaliação do Impacto Social”, editada pelo Comité Interorganizacional de Diretrizes dos EUA e Princípios para a Avaliação do Impacto Social, e outros modelos, que surgem mais tarde, como as Ferramentas e Recursos para Avaliação do Impacto Social (TRASI, 2010 fundado pelo “*Foundation Center*”) e o Projeto Fundação Nova Economia (NEF).

Luca Bagnoli e Cecilia Megali (2011) analisaram e investigaram 76 modelos de desempenho e impacto social em que a maioria se apresenta como

possível de aplicação genérica, podendo ser utilizados em variadas organizações sociais.

Os autores, nas suas conclusões, perceberam que ao medir o impacto cria-se valor acrescentado para as empresas sociais, seja melhorando o desempenho, seja envolvendo as partes interessadas (*stakeholders*), mostrando-lhes as realizações reais dos seus resultados (Bagnoli & Megali, 2011).

Como percebemos, a avaliação das ONGD é uma questão complexa, mas necessária. Compreender o verdadeiro impacto e valor social duma ONG parece ser, portanto, uma tarefa complexa. Não existe um modelo comum e a maioria dos modelos existentes aplica-se essencialmente à transparência de contas e revisão imediata da aplicação de projetos apresentada aos financiadores. Isto leva-nos a ponderar que se as ONG utilizam modelos de análise diferentes, pode significar que um modelo aplicado numa organização pode demonstrar eficácia, mas usando outro modelo, por exemplo, menos qualitativo e mais quantitativo, pode dar um resultado negativo em termos de contas, mas ter havido um benefício incalculável intangível (Bassi, 2012).

Na pesquisa alargada realizada por Golini, & Landoni (2015), para avaliar o grau de adoção de metodologias e ferramentas de avaliação dos projetos de desenvolvimento internacional, concluiu-se que, nas ONGD avaliadas, algumas ferramentas de gestão são utilizadas mais frequentemente (por exemplo, quadro lógico, relatório de progresso), enquanto outras parecem ser mais vezes negligenciadas (por exemplo, método do caminho crítico, registo de problemas, sistema de gestão do valor acrescentado). Assinala-se também que é mais provável que estas ONG adotem técnicas mais simples em detrimento de metodologias mais estruturadas e analíticas.

Este estudo, que englobou 500 organizações, avaliou como positivo o impacto das práticas de gestão de projetos no desempenho do projeto. Os resultados da investigação de Golini, & Landoni (2015) contribuem para a corrente de investigação sobre a eficácia das práticas de gestão e avaliação porque fornecem provas empíricas do papel crítico destas na melhoria do desempenho. Estes autores consideram que esta área de investigação continua a ser bastante

negligenciada, dado o importante papel social e económico destes projetos e as dificuldades da sua gestão, defendendo que deve ser dada mais atenção a esta área.

A avaliação de desempenho é importante para medir o desempenho organizacional, proporcionando às organizações sociais um desenvolvimento satisfatório de suas ações, para supervisionar as suas atividades, contribuir para a sua gestão e o seu impacto na sociedade, captar novos doadores e ser uma garantia de transparência para seus *stakeholders* (Costa, 2023).

Uma das conclusões do trabalho de Vanessa Marcos (2015) foi que a gestão estratégica não se apresentava como uma dimensão de análise valorizada pelas ONGD portuguesas, o que contraria o estudo mencionado acima (Silva & Assis, 2022). Este fenómeno pode ter várias interpretações, uma das quais o facto de serem utilizadas ferramentas de análise diferentes, construídas com a intenção de procurar dar resposta relativamente às mesmas perguntas. A eficácia e legitimidade são medidas de formas diferentes, dependendo do ponto de partida da análise teórica feita.

A conclusão sumária de Vanessa Marcos, na sua dissertação de 2015, é que as ONG analisadas revelam, genericamente, falta de legitimação da sua ação, principalmente por não possuírem modelos organizacionais e gestionários com estratégias operacionais, não imediatistas. Contudo, a amostra de 23 ONGD inquiridas neste estudo não constitui uma amostra suficiente para generalizar conclusões relativamente ao funcionamento das ONGD em Portugal, pelo que é necessária mais investigação.

Apresentação da Proposta de Andrea Bassi: Medição do - Valor social acrescentado (VSA)

Falar em valor social pressupõe que se trate de um valor acrescentado na sociedade, e este termo - acrescentado – acarreta uma nova problemática conceptual. Com efeito, o termo “acrescentado” remete para “mais de algo” em oposição a “menos de alguma coisa”, pressupondo uma medição. Logo, a

tendência é que os aspetos quantitativos sejam preferidos aos qualitativos e, assim, muito fica por analisar e medir no que diz respeito à eficácia na obtenção de valor social por parte das organizações (Bassi, 2012).

Segundo Bassi (2012), o nível de Valor Social Acrescentado (VSA) que uma organização social produz para a sociedade no seu conjunto, em relação, às organizações públicas e económicas, mede-se pela capacidade de produzir "bens relacionais" e a capacidade de gerar Capital Social na comunidade à sua volta ou onde atua.

Bassi argumenta que nas metodologias utilizadas até 2012 existe uma falta na aferição da produção de um tipo de valor, chamado "link", que é fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva, coesa e igualitária. Este tipo de valor não é um tipo de medida objetivo, nem uma característica ou propriedade, mas sim, um significado inserido num grupo, onde há relações e referências, que fazem sentido dentro dessas relações específicas. Um tipo de valor que é encontrado na relação entre as pessoas envolvidas.

Contudo, Andrea Bassi vê valor acrescentado não como "mais do que outra coisa", mas "diferente de outra coisa". A definição sociológica e a abordagem multidimensional complexa de Bassi e dos seus colegas de investigação, para o conceito de Valor Acrescentado é de que, basta ser um valor diferente, isto é, ser percebido como diferente por aqueles que são os beneficiários do serviço.

O autor apresenta uma fórmula de análise do VSA que relaciona os valores económico, político, social e cultural para encontrar um Valor Acrescentado Total (TAV - *Total Added Value*). O TAV de uma organização do terceiro sector para a sociedade (comunidade territorial em que opera) é resultante das diferentes somas de valores que a referida organização cria (ou não) através das suas atividades em várias esferas relacionais: económicas, políticas, sociais e culturais (Bassi, 2012, pág. 6).

Andrea Bassi (2011), em conjunto com uma equipa de sociólogos, desenvolveu, durante dois anos, uma ferramenta de medição do desempenho das organizações e empresas sociais, que tem como acrónimo S.A.V.E (*Social Added Value Evaluation*). Como foi referido anteriormente, este sistema baseia-se na

premissa destes autores de que as organizações do Terceiro Sector produzem bens relacionais e capital social e isto leva à aferição de valor social acrescentado.

Andrea Bassi e a sua equipa de investigação (2012) propuseram-se a elaborar um instrumento de medição do Valor Social Acrescentado (VSA).

Este trabalho encontra-se numa fase inicial de análise e elaboração de ferramentas para a medição do impacto social, do desempenho social e dos resultados sociais das associações sem fins lucrativos.

Na comunidade científica italiana, o programa de investigação mais sistemático sobre a avaliação da qualidade dos serviços no domínio da assistência social é o trabalho de Giovanni Bertin e da sua equipa de investigação. Seguindo o esquema lógico-metodológico de BERTIN e da sua equipa (2008) (cf. quadro 5), Bassi identificou os dois critérios principais de criação de valor acrescentado social - a capacidade de produzir "bens relacionais" e a capacidade de gerar "capital social" -, assim como as dimensões, as subdimensões e os "elementos observáveis" para cada um.

Critério	Dimensão	Subdimensão	Elementos Observáveis
Capacidade de produzir Bens relacionais	Relação interna	Quantidade de relações internas	- Presidente - DIRETOR GERAL Trabalhadores/voluntários - Membros - Beneficiários
		Qualidade das relações internas	Formal/informal; Intensidade; Importância estratégica;
Capacidade de criar capital social na comunidade local	Relação externa	Quantidade de relações externas	Qualidade das relações externas externas - Administração pública - Empresa - Outras organizações sem fins lucrativos - Comunidade local
		Qualidade das relações externas	intensidade; importância estratégica;

Quadro 5 – Enquadramento Lógico do S.A.V.E (Bassi, 2012, pág.9).

Como se depreende da observação do quadro acima, a capacidade de produzir bens relacionais foi definida como o grau de "capacidade relacional interna" de uma associação sem fins lucrativos, consistindo na frequência das relações entre os intervenientes internos e na "intensidade" (importância estratégica) dessas relações.

No que respeita ao segundo critério, este foi definido como o grau de "capacidade relacional externa" da associação sem fins lucrativos e consiste na frequência das relações com as partes interessadas externas e na "intensidade" (importância estratégica) dessas relações.

O instrumento de análise SAVE é completo, contendo 4 dimensões de análise: sistema de governação, processos internos e atividades, recursos económicos e valores promovidos pelas organizações sem fins lucrativos. Inseridas nas duas dimensões do instrumento SAVE, a dimensão externa (recursos, produtos, impactos) e a dimensão interna (decisões, processos e atividades) em conjunto perfazem o Valor Social Acrescentado (Bassi, 2012, pág.11).

A investigação de Bassi (2012) tem o potencial de criar ou delinear um sistema de indicadores capaz de medir e encontrar as possíveis especificidades das organizações sem fins lucrativos (o seu carácter distintivo), e fazer uma avaliação comparativa do desempenho a nível micro, meso e macro, porque procura definir esta característica distintiva em termos qualitativos e não apenas em termos quantitativos. A metodologia escolhida por Bassi permite desenvolver vários indicadores da capacidade de criação de VSA por parte das associações sem fins lucrativos.

O modelo SAVE baseia-se, num quadro teórico articulado em quatro polos ou pontos focais (como uma bússola): sustentabilidade (recursos); participação (governação democrática); envolvimento e eficácia (resultados) e resultados a longo prazo (ou sistémicos), isto é, mudança/impacto.

Ao longo dos anos, a SAVE tem sido aplicada essencialmente a cooperativas e empresas sociais, e o peso das dimensões internas do índice e a seleção dos indicadores significativos têm vindo a ser redefinidos. O objetivo é

compreender melhor e valorizar a contribuição peculiar do associativismo para o bem comum (Bassi, 2022).

4. Caracterização do Local de Estágio: ONGD World Needs

Este capítulo do relatório tem como objetivo fazer uma breve apresentação da organização onde decorreu o estágio, do ponto de vista do seu funcionamento interno. Desta forma, é exposta a sua caracterização tendo em consideração a sua estrutura e cultura organizacional.

4.1 Caracterização Organizacional da ONGD World Needs

A *World Needs* é uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento, fundada a 26 de maio de 2020, por 5 jovens portugueses, sediada em Vale de Cambra, no distrito de Aveiro. Constituída sob a forma jurídica de Associação Privada sem fins lucrativos, é também reconhecida pelo IPDJ, I.P. como Associação Juvenil.

As informações deste capítulo são retiradas dos Estatutos da World Needs, assim como dos documentos disponibilizados publicamente na sua página online (www.worldneeds.org), nomeadamente: Manual de Identidade Corporativa; Código de Conduta, Plano e Relatório de Atividades; Relatório de Contas e Orçamento; Plano De Responsabilidade Social & Ambiental

A WN define-se como uma organização plural, aberta, multidisciplinar e bastante ambiciosa, abrangendo Portugal Continental e Ilhas, tendo por objeto cooperar para que o desenvolvimento social seja um fator de reconhecimento humano, na promoção da educação, da cultura, da ciência e da solidariedade sob uma perspetiva intemporal e intercultural, em conjunto com outras entidades públicas e privadas, de cariz nacional e internacional.

A estrutura organizacional da *World Needs* é composta pela Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal, alargando a mais 3 órgãos: Conselho Consultivo, Provedoria e Comissão de Ética.

A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos. A Direção, também denominada por *Executive Office*, é constituída por um Presidente, quatro Vice-Presidentes, um Secretário, um Tesoureiro e oito Vogais. Para além de membros da Direção, os grupos de trabalho são constituídos por Associados Diretivos escolhidos por aqueles.

O Conselho Fiscal é composto por um presidente, um vice-presidente e um secretário. A Comissão de Ética encontra-se regulada pelo Código de Conduta da Associação, aprovado em Assembleia Geral.

A Comissão de Ética acompanha, com isenção e independência dos órgãos sociais da Associação WN, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta.

O Conselho Consultivo é um órgão constituído por um máximo de dez membros, desempenhando um papel de orientação e aconselhamento relativamente à organização e ao papel ativo da Associação junto da sociedade civil. A composição do Conselho Consultivo é determinada pela Direção, pautando-se a escolha por princípios e valores de reconhecido mérito, integridade moral e competência.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal serão eleitos por períodos de cinco anos, sendo permitida a reeleição por uma ou mais vezes e manter-se-ão nos seus cargos até à eleição e posse de novos membros

A organização interna que compõe a WN foi desenhada com base numa estrutura hierárquica, porém, flexível, onde colocam os Voluntários no topo da pirâmide.

A WN funciona com base numa organização empresarial, dividindo-se entre o *Executive Office* e a *Team Office*. Ao *Executive Office* cabe toda a responsabilidade burocrática, legal, liderante, de decisão e gestão de toda a estrutura organizacional; e à *Team Office*, a partilha de ideias, concretização de objetivos, projetos, gestão de equipa e de eventos, acabando por acontecer uma simbiose de esforços entre as duas estruturas, no sentido de criar um maior foco nas tarefas da organização.

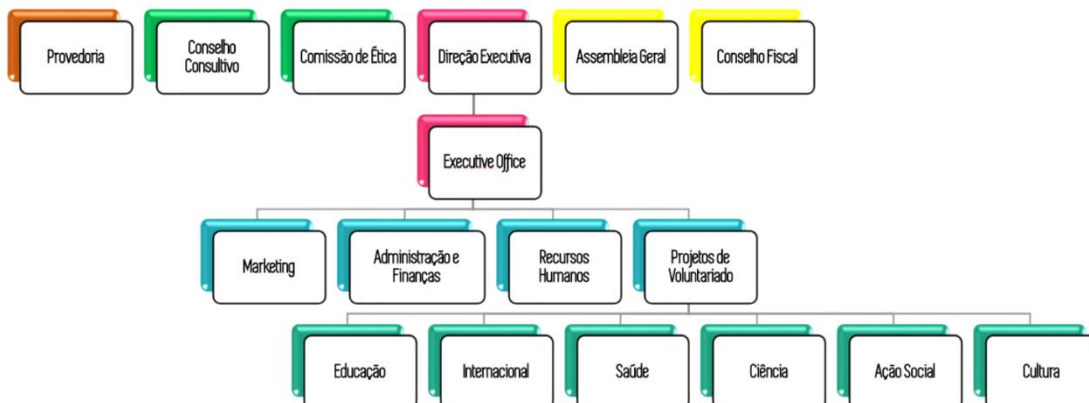


Figura 1 - Estrutura Organizacional da *World Needs* (Plano de Atividades 2020-2023, Página 12)

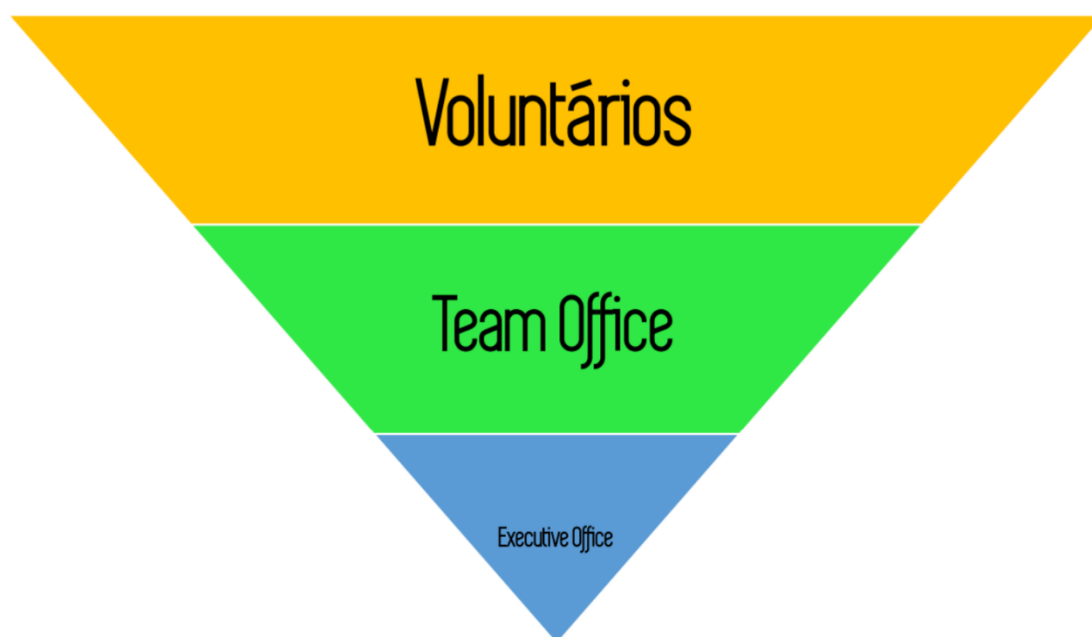


Figura 2 –Pirâmide Invertida da Estrutura Organizacional da *World Needs* (Plano de Atividades 2020-2023, Página 11)

4.2 Missão, Valores, Propósito e Atividades da ONGD World Needs

A missão da WN é cooperar para que o desenvolvimento social seja um fator de reconhecimento humano, na promoção da educação, da cultura, da ciência e da solidariedade sob uma perspectiva intemporal e intercultural.

Os valores pelos quais se rege são a transparência, a Ética, a Moral, o Respeito e a Cooperação.

Como propósito, atua na redução das desigualdades sociais e na proteção do planeta através do Voluntariado.

Relativamente ao trabalho que desenvolve, para o triénio 2020-2023, foram aprovadas um total de 27 atividades em conformidade com os objetivos previstos para a Associação *World Needs*, 11 no âmbito das atividades administrativas e financeiras e as restantes 16 no âmbito de atividades de execução de projetos.

No relatório de atividades, realizado no final de 2022, destacam-se os seguintes projetos:

1. *Help to Help* (Voluntariado Nacional)
2. *We Are Together* (Voluntariado Internacional)
3. *JusticeNeeds* (Suporte Legal à Sociedade)
4. *Talks that Matter* (Apoio na área da Psicologia)
5. Educação na Primeira Pessoa
6. *OpenCourse* (Plataforma Online de e-learning)
7. *LearnWin* (Soft Skills nas Escolas Portuguesas)
8. *CreativityEscape* (Apoio à promoção e desenvolvimento das Artes)
9. *Wise Business* (Jovem Empresário)
10. *Horizon* (Investigação, Ciência e Tecnologia)
11. *LinkPeople* (Recursos Humanos, Emprego)

12. *World Needs Summit* (Evento/Conferência)

13. *WorldTalks* (Entrevistas)

14. *Time to Think About* (Blogue e Revista)

O projeto “Help to Help”, caracterizou-se pela realização de várias campanhas, tais como: a “Campanha de Recolha de Bens Alimentares e Bens de Higiene Pessoal”, onde todos os bens coletados foram doados a uma IPSS; a “Campanha de Recolha de Brinquedos” que foram distribuídos a instituições de acolhimento de crianças e jovens de maior carência económica no distrito de Aveiro; “aquisição de bens de higiene pessoal”, ação levada a cabo com o apoio do Pingo Doce, através do seu Departamento de Responsabilidade Social, que permitiu apoiar cerca de 50 crianças e jovens institucionalizados no distrito de Aveiro; a iniciativa “Natal de Apoio aos Sem Abrigo”, que visou dar apoio a cerca de 100 utentes de uma associação acolhedora de pessoas sem abrigo, ou a entrega de bens alimentares aos profissionais de saúde, com o apoio dos parceiros Pingo Doce e Frutorra.

No ano de 2022 a WN, ao abrigo do projeto *We Are Together* realizou duas missões de voluntariado em Achada Eugénio Lima, na Ilha de Santiago (Cabo Verde), com a participação de três voluntários da associação, na sequência do protocolo estabelecido com a Associação Comunitária de Achada Eugénio Lima, associação local de Cabo Verde.

Destaque ainda para a Missão Ucrânia: a WN esteve presente por duas vezes, em 2022, na Polónia, na Fronteira com a Ucrânia, a prestar auxílio a refugiados.

A WN desenvolve ou participa ainda em muitos outros projetos, como: entrevistas, limpezas costeiras, bancos solidários, podcasts, angariações de fundos, programas educativos, eventos, conferências, reabilitação de habitações.

Destaca-se a importância das parcerias tanto com entidades privadas como outras associações sociais, culturais, desportivas, de saúde ou religiosas.

Além de tudo o que foi referido, a WN possui uma iniciativa de Apoio Jurídico que visa prestar, tal como o nome indica, apoio jurídico, com profissionais

habilitados, pro bono, garantindo o acesso a serviços jurídicos de qualidade a todos e está em desenvolvimento e a arrancar o serviço de Consultas em Psicologia, sob coordenação e orientação de profissionais inscritos na Ordem dos Psicólogos Portugueses. Este serviço pretende dar resposta às necessidades identificadas no âmbito da Saúde Mental, promovendo o apoio e acompanhamento a todos os interessados.

O Programa Empresas, da WN, contribui para que as empresas possam implementar e desenvolver as suas ações e programas em matérias de ação social, ambiental e de voluntariado.

Finalmente, a WN tem ainda ativo o programa “*Academy*”, que tem como objetivo promover a formação, os conhecimentos e as áreas temáticas em torno do Voluntariado.

Os patrocinadores oficiais desta organização são: Google, Microsoft, Revigres, Panegara, Frutorra, Pingo Doce, Vendus, Paypal, IPDJ, Oceano Azul

5. Contributo Teórico-Empírico do Estágio

5.1 Problemática Teórica de Enquadramento do Estágio Académico

Refletindo sobre o papel pluridisciplinar dos sociólogos e as vantagens que estes profissionais podem trazer às organizações, a Sociologia pode ser estendida através de três componentes distintos: a sociologia enquanto ciência, enquanto formação e enquanto profissão (Firmino da Costa, 2004).

Segundo Firmino da Costa,

as relações que os sociólogos estabelecem com as entidades empregadoras, contratadoras ou financiadoras, com as organizações com quem trabalham, com os grupos e meios sociais objeto de estudo científico e ação profissional dos sociólogos [...] mais em abstrato, com a sociedade em geral (2004, pág. 38)

transformam-se, tanto pelos papéis como pelas práticas profissionais de cada sociólogo.

Helena Carreiras (1999 *cit in* Silva, 2019) indica uma tipologia dos papéis do sociólogo caracterizada por quatro dimensões distintas.

Na primeira dimensão, destaca-se o sociólogo de planeamento, que realiza os levantamentos e estudos de caracterização da população, quer da análise de condições estruturais, tendências evolutivas e dinâmicas de transformação sociais, assim como, define linhas de desenvolvimento e orientação global (Carreiras, 1999, *cit in* Silva, 2019).

Numa segunda dimensão, o sociólogo de investigação que faz o exercício do trabalho científico, “trata-se na prática, de procurar refletir, tanto sobre os objetivos, como sobre as metodologias e procedimentos, que presidem, que à

ação do sociólogo, quer à atuação dos restantes intervenientes no processo.” (Carreiras, 1999, p. 50, cit in Silva, 2019).

A terceira dimensão corresponde ao sociólogo relacional, que é caracterizado pela capacidade de comunicação e de negociação que consiste, em termos gerais, numa gestão relacional dos processos sociais (idem).

A quarta e última dimensão, diz respeito ao sociólogo operacional ao qual cabe a execução de ações de intervenção no âmbito da intervenção operacional da instituição à qual pertença (idem).

Os sociólogos têm múltiplas competências que lhes permitem exercer sociologia em diferentes contextos profissionais, trazendo consigo alguns dos instrumentos próprios desta ciência que podem responder às necessidades das mais diversas profissões (Silva, 2019).

Existem diferentes formas de pensarmos a relação entre a Sociologia e o contexto profissional. Firmino Costa (2004) anuncia quatro perfis profissionais: o perfil integrador onde existe uma inclusão da prática científica com a prática profissional; o perfil rotinizado onde existe uma aplicação ritualizada de técnicas de investigação empírica; o perfil desistente que não consegue transferir os conhecimentos da Sociologia-ciência para o contexto profissional; e, por último, o perfil academicista que torna impossível a aplicação prática da sociologia-ciência em profissão.

Um dos objetivos deste estudo das organizações é conseguir uma melhor compreensão dos fenómenos que dentro dela ocorrem e a forma como se conceptualizam as ONGD, que particularidades possuem que as tornam únicas e, conseqüentemente, o seu papel, o seu impacto, o tipo de valor social que acrescentam, questões estas que têm sido alvo de várias pesquisas documentadas e analisadas anteriormente.

O fim último do processo relatado neste relatório é conseguir aplicar na prática sociologia-ciência (Costa, 2004) como estagiária e como académica.

5.2 Questões Centrais de Análise

As questões centrais de análise deste relatório foram propostas pelo Diretor Executivo da ONGD WN, entidade acolhedora do estágio, na busca por uma análise sociológica sobre o Estado da Arte das ONG e, mais especificamente, das ONGD, assim como uma leitura da WN dentro deste universo.

Numa segunda instância, pretendeu-se perceber através da literatura, o papel e qual o futuro das ONG portuguesas na Cooperação para o Desenvolvimento e na defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

As questões que foram surgindo ao longo do desenvolvimento do estágio foram diversas: quais as potencialidades que as ONG possuem na transformação social?; Quais os impactos e como as ONG medem esses impactos na sociedade?; Qual o papel da inovação social, como motor de mudança social?; Como e em que medida avaliam qualitativamente e quantitativamente o seu desempenho e impacto?; Qual o papel que têm na Cooperação para o Desenvolvimento e defesa dos Direitos Humanos e Cidadania?; Quais os objetos e atividades que desenvolvem e qual a sua missão?; Qual o futuro das ONG numa sociedade em expansão tecnologicamente?; Como se relacionam as ONG com os parceiros e os restantes atores sociais, do mesmo sector como com os demais sectores e a sociedade?

Depois de realizada a pesquisa bibliográfica, e ao iniciar os trabalhos de estágio, percebeu-se que com a construção da base de dados de ONG portuguesas estas questões poderiam ser afinadas em algumas hipóteses que poderiam ser empiricamente analisadas.

Como inicialmente mencionado, uma das tarefas do estágio passou pela construção de uma base de dados das ONG portuguesas, enquanto era realizada a pesquisa bibliográfica e aprimorado o enquadramento teórico. Foi definido que o trabalho de estágio teria quatro questões primordiais e dois eixos de ação: o primeiro eixo relativo à planificação de um evento, nomeadamente uma conferência onde as questões deveriam ser debatidas; e um segundo eixo de investigação e criação de uma base de dados que serviria para diversos fins, tanto

para a ONGD WN, suas atividades e projetos, como para fins acadêmicos de investigação da estagiária.

5.3 Projeto de Estágio

O Plano de Estágio foi delineado inicialmente em três fases de investigação. Verificou-se *a posteriori* que tanto a estagiária como a organização beneficiariam da realização e participação da primeira na organização de uma conferência que pudesse, além de outras possibilidades, apoiar a investigação.

O estágio oficialmente teria início no dia 1 de fevereiro de 2023, porém os trabalhos iniciaram-se cerca de três meses antes com a realização de várias reuniões entre a estagiária e os orientadores André Caravela Machado, da entidade de acolhimento, e a professora Sílvia Ferreira, orientadora institucional.

Na primeira reunião entre a estagiária e os orientadores, que decorreu no final de dezembro de 2022, André Machado, diretor da ONGD WN, elucidou mais especificamente, sobre o que pretendia da experiência de estágio do Mestrado em Sociologia da estagiária e, passo a citar, os três eixos do plano inicial: uma pesquisa sobre o Estado da Arte das ONG Portuguesas; uma dissertação sociológica acerca do papel ativo e enquadramento das ONGD na sociedade em matéria de Cidadania e Direitos Humanos; e uma análise do Impacto Social e Futuro das ONGD.

No final desta reunião, um novo projeto foi definido: a organização de uma conferência ou *Summit*, trazendo pessoas de relevância dos vários sectores da sociedade para debater os eixos acima apresentados. A estagiária imediatamente iniciou a pesquisa bibliográfica que permitisse apresentar um projeto e plano do evento.

5.4 Actividades Realizadas

Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental

A pesquisa bibliográfica foi um dos primeiros passos do processo de estágio e foi iniciada meses antes da realização do mesmo, essencialmente para poder fazer uma preparação para as funções propostas pela entidade de acolhimento e os objetivos delimitados quando foi realizado o protocolo a *WN*.

Uma das principais vantagens da pesquisa bibliográfica é a cobertura ampla de um conjunto de fenómenos em relação aos dados que poderiam ser obtidos numa pesquisa direta (Gil, 2008). Uma desvantagem deste método de recolha de dados é a fidedignidade da bibliografia consultada, uma vez que podem surgir dados recolhidos ou processados de forma equivocada, pelo que um trabalho baseado nestas anteriores pesquisas terá tendência para ampliar ou reproduzir estes erros. Para evitar este tipo de ocorrências, foi realizada uma análise das condições da obtenção de dados para perceber eventuais incoerências ou contradições e foram ainda utilizadas diversas fontes (Gil, 2008).

A pesquisa bibliográfica durante a realização do relatório de estágio teve dois estádios. O primeiro, anterior ao início do estágio, serviu essencialmente para responder às necessidades levantadas durante o planeamento e organização do evento que estava previsto acontecer em meados de julho e o segundo, para dar resposta às necessidades decorrentes da redação do relatório.

O primeiro passo para a obtenção de bases bibliográficas foi a identificação de fontes pertinentes. Assim, recorreu-se à biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e aos livros recomendados pela orientadora e a restante pesquisa foi feita online, essencialmente com o auxílio do *Google* e *Google Scholar*. No decorrer da pesquisa, constatou-se que havia autores que se encontravam citados em grande parte dos artigos e textos, utilizando este método como *peer review* indirecto, mas pertinente.

A recolha de documentos foi potenciada pelo contexto de estágio, devido à contextualização e participação da estagiária nas atividades da organização

e essencialmente pela necessidade de procurar dentro do espaço de tempo disponível, completar a base de dados interna, que me foi solicitada pela organização.

Todos os documentos que a ONGD *WN* disponibilizou, que dizem respeito à entidade, foram mantidos em sigilo, inclusivamente a base de dados original, à qual foi dada continuidade como parte das funções de estagiária.

Organização da Conferência

Após a realização de trabalho de leituras do enquadramento teórico proposto por ambos os orientadores, foi realizado pela estagiária, o projeto do evento. O evento tinha como propósito dar possibilidade de vários atores sociais de diferentes sectores debaterem as questões iniciais que se apresentaram anteriormente, nomeadamente, o debate sobre o papel e futuro das ONGD portuguesas na Cooperação para o Desenvolvimento numa era de mudança social em vários níveis (político, económico, tecnológico e social) e em várias matérias: sustentabilidade ambiental; vulnerabilidade social e económica; cidadania e direitos humanos; alterações climáticas e proteção do mar e da terra; saúde e bem estar.

Justificação para o Evento e Abordagem de Partida

As inovações sociais são novas formas criações e respostas eficazes para os maiores desafios do nosso tempo: sustentabilidade ambiental; saúde e bem-estar; e como acabar com a pobreza (Robin Murray Julie Caulier-Grice Geoff Mulgan, 2010).

Métodos e ferramentas de inovação estão a ser utilizados em todo o mundo e entre diferentes sectores - os sectores público e privado, a sociedade civil e o lar - nos campos sobrepostos da economia social, empreendedorismo social e empresa social (Robin Murray Julie Caulier-Grice Geoff Mulgan, 2010)..

Novas inovações sociais, quer internamente no funcionamento e gestão das próprias organizações, como externamente, na aplicação de projetos e novos serviços e novas tecnologias, irão definitivamente oferecer muitas vantagens para o futuro.

Um conjunto de reflexões realizadas no estudo de diagnóstico por Ana Luísa Silva e Renata Assis (2022), de título “Inovação e Mudança nas Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento (ONGD) Portuguesas” identifica caminhos possíveis para ajudar a construir um contexto mais propício à inovação para o desenvolvimento nas ONGD portuguesas.

É importante que a inovação seja vista e abordada enquanto uma abordagem de construção de mudança social e sistémica, pelo que é fundamental apostar nas parcerias e no trabalho conjunto. Entre os caminhos possíveis apresentado destaca-se a criação de um grupo de trabalho multi-ator dedicado ao tema, a criação de um fundo para financiar projetos de inovação para o desenvolvimento e a aposta na formação e capacitação de colaboradores de ONGD (Ana Luísa Silva e Renata Assis, 2022).

No seguimento da sugestão das autoras, consideramos interessante a realização de um evento que una esse conjunto de atores múltiplos, onde possa ser discutido o papel e futuro das ONGD portuguesas.

Há também pressões do mundo real nas universidades, pelo menos no Reino Unido, que favorecem uma maior integração e o intercâmbio como fonte de maior eficiência e de uma boa relação custo-benefício. No exercício do Quadro de Avaliação da Investigação (REF), em que um exercício de avaliação pelos pares de cinco em cinco anos nas universidades britânicas, a ideia de impacto" da investigação como um domínio a avaliar e medir foi também recentemente acrescentada aos critérios de avaliação. Embora o exercício REF seja imperfeito em muitos aspetos, é possível que esta nova ênfase no impacto, a par da qualidade da investigação, possa criar incentivos para produzir uma reflexão mais conjunta sobre o impacto que possa começar a desafiar os atuais silos disciplinares (Lewis, D. 2015)

À medida que as ONG cresceram em escala e ambição, algumas reconheceram os limites à sua própria eficácia e começaram a examinar as questões de gestão e organização, reconhecendo que o idealismo e as ideias alternativas requerem uma estrutura organizacional sólida para que possam ter algum impacto nos problemas complexos e de longa data da pobreza e da desigualdade (Lewis, D. 2005)

"O potencial impacto a longo prazo dos atores da sociedade civil global não reside apenas nos seus recursos materiais, mas também na sua capacidade de criar novas identidades, de contestar formas de pensar estabelecidas e de criar novas ligações entre povos de diferentes partes do globo"

(MacDonald 1994: 277)

A maioria das ONG limita-se a trabalhar numa escala relativamente pequena, mas pode ter um impacto mais vasto ao procurar reorientar as políticas de ajuda ao desenvolvimento para uma maior concentração na pobreza e ao tentar de reforçar a posição das pessoas pobres nos mercados, promovendo o comércio justo promover o comércio justo ou fazer lobbying para reformar a regulamentação do comércio internacional (Lewis, D. 2005).

Fowler descreve em seguida o que designa por "abordagem das capacidades" para compreender as questões de gestão das ONG. Esta abordagem tem cinco dimensões. A primeira é a "configuração" organizacional em que uma ONG precisa de ligar claramente a visão, a missão e o papel e utilizar o planeamento estratégico para transformar a estratégia em programas. Sugere que a ênfase na reflexão e na aprendizagem é necessária para a eficácia e discute a importância de ligar as atividades a nível micro e macro para obter o máximo impacto. No seio da organização, Fowler defende que uma gestão eficaz requer uma combinação de 'participativa' e as dimensões 'instrumentais' da gestão, salientando que a tomada de decisões deve ser suficientemente consultiva para que haja uma apropriação partilhada dos resultados e suficientemente diretiva para ser oportuna. (Fowler 1997: 61)

Fowler (1997) defende que se passe de uma ênfase na medição do impacto do desenvolvimento para uma ênfase na "interpretação", principalmente

através do trabalho com diferentes "partes interessadas" e da incorporação do seu feedback e perspectivas sobre o progresso, em vez de se procurar desenvolver ferramentas de avaliação quantitativas.

Isto permite que uma ONG construa a sua legitimidade através da realização e da responsabilização. As partes finais do livro estão preocupadas com a melhoria da eficácia das ONGD através do desenvolvimento das cinco capacidades, tanto através do "desenvolvimento organizacional" como do reforço da "sociedade civil" mais alargada, um processo que Fowler distingue como "desenvolvimento institucional". Ele tem o cuidado de caracterizar isso como um processo, não um meio ou um fim.

As novas tecnologias têm um impacto na forma como as ONG se relacionam com os atores do seu ambiente externo, tornando os esforços de coordenação potencialmente mais eficazes e trazendo novas dimensões às tarefas de gestão interna. O aumento da quantidade de informação também permite que as organizações tenham uma melhor "percepção" dos acontecimentos no seu ambiente externo. Um abuso dos direitos humanos num país pode ser assinalado em todo o mundo em segundos e as ONG podem agir imediatamente. Uma forma importante de resposta das ONG tem sido a criação de alianças e a construção de redes. (Lewis, 2001).

Planificação e Organização do Evento

A pesquisa bibliográfica realizada no primeiro momento, anterior ao início do estágio, permitiu responder às necessidades levantadas durante o planeamento e organização do evento que fora sugerido pela organização acolhedora do estágio, a World Needs, nomeadamente perceber qual o tema e a justificação do mesmo.

Neste ponto será feita uma descrição de todo o processo de apoio que foi prestado pela estagiária, na planificação e organização do evento/conferência, e todas as aprendizagens daí decorrentes, uma vez que não chegou a ser realizado durante o período protocolado para o estágio, tendo sido adiado sem data prevista para a sua eventual realização.

O *draft* do projeto, que foi entregue pela estagiária à Associação WN, encontra-se em anexo (Anexo 1). O projecto que foi entregue à WN apresentava como tema “Summit De Inovação Social Para O Desenvolvimento” e como objeto: “Conhecer os projetos de inovação social das organizações portuguesas que se tem orientado para o escalar do impacto social e sustentabilidade das sociedades em desenvolvimento”.

Este evento pretendia: oferecer a oportunidade de promover interconexão e comunicação entre decisores, plataformas, empresas e organizações, sobre as formas de gerir, realizar e apoiar a inovação; propor sinergias, ferramentas e mecanismos para promoção da dignidade humana no combate às desigualdades; bem como identificar parcerias, planos ou projetos sociais para o desenvolvimento, para lá do financiamento, com recurso à inovação social; e por fim perceber o papel da inovação social para o desenvolvimento, riscos, obstáculos e futuro.

As palavras-chave utilizadas na pesquisa bibliográfica, para encontrar o foco temático e todas as informações do projeto enviado à WN, foram:

- a) Inovação Social (orientada para o impacto na mudança e desenvolvimento social);
- b) Desigualdades sociais;
- c) Inovação Tecnológica na Inovação Social;
- d) Desenvolvimento para lá do financiamento;
- e) Desafios e papel das ONGD portuguesas;
- f) Mobilização da sociedade civil
- g) Voluntariado e novas formas de doação.
- h) Bem-estar e sustentabilidade ambiental.

Seguidamente, procedeu-se à planificação do evento. Várias reuniões tiveram lugar entre a estagiária e membros da WN de forma a efetivar e dar continuidade ao projeto. O evento sofreu, portanto, várias alterações no decorrer das semanas de preparação e reestruturação do mesmo.

A WN expressou que os temas escolhidos para a conferência deveriam estar em sintonia com as políticas para o desenvolvimento da OECD (2004). Tendo por base os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS) foram definidos, pela entidade, novos 8 objetivos como partida para as *Talks*, Painéis e Mesas Redondas que iriam ser desenvolvidos ao longo dos dois dias do evento.

No decorrer dos meses, a planificação sofreu contratempos, e estabeleceu-se uma nova data, que passaria a ser 7 e 8 de julho de 2023. Nesta fase, as possibilidades de incluir os resultados do evento, no relatório de estágio, passaram a ser escassas.

A Câmara Municipal de Coimbra aceitou ser parceira deste projeto e cedeu o espaço pretendido para a realização do evento.

Contudo, na fase de busca de alinhamento com os parceiros, e após a orientadora aconselhar a que o evento não fosse realizado por o considerar pouco exequível, pois não seria possível realizar o evento durante a duração do estágio, em reunião, entre o Sr. Diretor Álvaro Garrido e Subdiretor Hermes Costa da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, junto com o Diretor da World Needs, André Caravela Machado e a estagiária, foi decidido que não se iria avançar para a realização do evento nesta data.

Apesar de se terem estabelecido contactos informais, com um pedido de informações sobre qual a melhor forma de envio do convite formal, não se chegou a avançar com essa formalização, por conseguinte, não foi necessário enviar muitos avisos de cancelamento. Foram notificados os responsáveis da Câmara Municipal de Coimbra e do espaço de eventos “Convento de São Francisco” de Coimbra, que já se encontrava reservado, assim como feitos pontualmente alguns contactos informais.

Assim, a estagiária passou a trabalhar na criação da base de dados de parceiros, que irá servir de utilidade à ONGD no decorrer das suas atividades e projetos.

Construção das Bases de Dados Interna “Parceiros World Needs”

A criação de uma base de dados de parceiros sociais para projetos com a *WN* revela-se bastante pertinente para a organização, uma vez que permite agrupar todas as informações importantes relativamente a possíveis parceiros sociais, dado que para além de organizar as informações das instituições, tem ainda como mais-valia o facto de permitir um rápido acesso à informação sempre que se verifique conveniente aos objetivos desta ONGD.

A base de dados que foi trabalhada pela estagiária, já estava iniciada, e as organizações que se encontravam listadas nesta correspondiam a uma vasta gama de organizações do Terceiro Setor, das mais variadas áreas de atuação, à qual foi dada continuidade, especificando as áreas de cada associação encontrada, com base na categorização já feita pela organização *WN*.

Com uma base de dados será possível obter rapidamente várias informações sobre as entidades com as quais a ONGD pode estabelecer parcerias ou obter qualquer outra informação relevante para a instituição, podendo servir, ainda, como instrumento para a realização de investigações científicas e académicas futuras.

Por conseguinte, procedeu-se a uma vasta pesquisa para reunir a informação necessária para a continuidade da construção da referida base de dados, salientando que, durante todo o período de estágio, existiram vários momentos de pesquisa para a sua constante atualização.

Salienta-se que a primeira base de dados criada durante o estágio na ONGD *WN* serviu de suporte à criação de outra para efeitos de análise de conteúdo, após o término do estágio, tratando-se de uma amostra da anterior, com informações, categorias e variáveis construídas *a posteriori*, com o intuito de testar as hipóteses formuladas neste relatório de estágio.

Processo de Recolha, Tratamento e Análise dos Dados

Como já mencionado, foi efetuada, pela estagiária, a construção de uma base de dados de organizações do Terceiro Setor, possíveis parceiras da *WN*. Este projeto já havia sido iniciado pela organização de acolhimento do estágio e, para dar continuidade a este, foram enviados dois ficheiros à estagiária: um documento em *Excel* que se refere à base de dados já iniciada e um segundo documento com informação de várias organizações, em formato *Powerpoint*, com informação dispersa de ONG. O objetivo foi dar continuidade ao trabalho de passar a informação de um para o outro.

Finda a passagem das informações do documento em *Powerpoint*, daria então continuidade à busca de outras organizações, usando os motores de pesquisa online, as plataformas, websites, e pesquisa em diretórios digitais tentando, dentro do espaço de tempo ainda disponível de estágio, preencher o máximo de dados possíveis, com todas as categorias e variáveis de análise pedidas, as palavras-chave utilizadas na busca foram:

- a) Organizações Não Governamentais;
- b) ONG para o Desenvolvimento
- c) Organizações Não Lucrativas;
- d) Organizações de Solidariedade;
- e) Voluntariado;
- f) Plataforma de organizações sociais.

A Base de Dados Interna “Parceiros *World Needs*” requisitava as informações seguintes:

- a) Nome da Organização
- b) Área
 - c) Subárea
 - d) Zona
 - e) ODS

- f) *Website*
- g) Morada
- h) Telefone
- i) *E-mail*
- j) Pessoa de Contacto
- k) Cargo
- l) Orçamento Anual
- m) Mecenas
- n) Serviços que precisam
- o) Serviços que prestam
- p) Outras oportunidades
- q) Necessidade de voluntariado
- r) Tecnologias usadas
- s) *IT Partners*
- t) E-commerce
- u) NIF
- v) Observações

O documento, como mencionado, encontrava-se previamente preenchido com as respetivas categorias para a área de atuação (ponto b) das organizações, e são as seguintes:

- 1) Ambiente e bem-estar;
- 2) Animais;
- 3) Apoio a causas e ao voluntariado;
- 4) Apoio social e casas de acolhimento;
- 5) Associações empresariais e regionais;

- 6) Associações empresariais, laborais e regionais;
- 7) Bombeiros;
- 8) Capacitação através do desporto;
- 9) Capacitação de jovens;
- 10) Capacitação digital;
- 11) Cooperação para o desenvolvimento;
- 12) Cooperativa;
- 13) Dependências;
- 14) Direitos humanos e Cidadania;
- 15) Doença e deficiência;
- 16) Educação, arte e cultura;
- 17) Envelhecimento ativo;
- 18) Escutismo;
- 19) Fundações;
- 20) Inclusão social através da arte;
- 21) Inclusão social através do desporto;
- 22) Instituições religiosas;
- 23) Medicina;
- 24) Misericórdias;
- 25) Música;
- 26) Mutualidade;
- 27) Inclusão social;
- 28) Reclusos;
- 29) Refugiados;
- 30) Saúde e deficiência;

- 31) Sem-abrigo;
- 32) Surf;
- 33) Veteranos de guerra;
- 34) Vulnerabilidade económica e social;

Todos os dados foram recolhidos através da consulta dos websites, páginas de Facebook, Instagram e demais redes sociais das organizações, assim como o apoio da plataforma ONG.PT que é um serviço da Sociedade Digital, desenvolvido em parceria com a Markup. O motor de busca utilizado foi o Google.

O número de organizações introduzidas na base de dados, no final do estágio era de 1905, sendo que, nem todos os campos foram preenchidos, pela dificuldade em obter essas informações ou por estas não se aplicarem ao tipo de instituição, tendo-se dado prioridade aos itens área, zona, website, necessidades de voluntariado, zona de atuação, *website*, *e-mail* e telefone.

O documento “Base de Dados Parceiros World Needs”, em formato *Excel*, após o término do estágio, contava com um número de 1902 organizações registadas. A partir deste documento recolheu-se uma amostra, num novo documento em *Excel*, das organizações da área de “Direitos Humanos e Cidadania”, que foi utilizado para o estudo que se encontra no Capítulo 5, deste relatório.

Assim sendo, a construção desta base de dados permite auxiliar de forma mais eficaz a comunicação entre a *WN* e os seus possíveis parceiros sociais, uma vez que reúne um conjunto de informações úteis sobre estas entidades, possibilitando uma maior dinamização do trabalho desta organização.

5.5 Reflexão Crítica sobre o Estágio

Seguidamente, são efetuadas as principais considerações resultantes da experiência de estágio.

Contribuições, Enriquecimento Pessoal e Curricular

De forma a construir um balanço sobre o trabalho desenvolvido na instituição de estágio, WN, serão aqui evidenciados alguns pontos fulcrais.

Num primeiro ponto, salienta-se a não concretização de todas as tarefas de estágio que foram atribuídas previamente e se encontram devidamente descritas e contextualizadas, nomeadamente a realização do evento, embora se tenha realizado o projeto e grande parte da planificação. Apesar de não concretizado o evento, essas mesmas tarefas, pré-estabelecidas pela instituição de estágio e pelo orientador, resultaram num crescimento de competências profissionais, adquiridas continuamente durante a experiência.

Sublinha-se ainda a presença do orientador do estágio da instituição de acolhimento, o diretor da ONGD, André Caravela Machado, que concedeu acompanhamento durante o decorrer do mesmo, determinando novas e diversas tarefas a desenvolver por parte da estagiária, conseguindo acrescentar, desta maneira, valor a todos os conhecimentos profissionais adquiridos.

Num segundo ponto, destaca-se a presença da estagiária, como contributo para o desenvolvimento do evento, em toda a sua planificação, gestão e distribuição de tarefas, sendo responsável por algumas das funções delegadas assim como a continuidade no desenvolvimento da base de dados interna.

Outro ponto relevante é o da simbiose entre os conhecimentos adquiridos nos estudos do Mestrado em Sociologia e o da experiência profissionalizante que possibilitou e facilitou a concretização de todas as tarefas de estágio propostas, bem como, estendeu a oportunidade de colocar em prática alguns dos conhecimentos adquiridos teoricamente nas unidades curriculares lecionadas.

Posto isto, pode afirmar-se que a experiência de estágio curricular, sob reflexão e ponto de vista pessoal, adequou-se às expectativas e necessidades da estagiária, permitindo-lhe alcançar os seus objetivos de estudo de forma mais aprofundada e eficaz.

Por fim, durante o período de estágio, foram surgindo alguns desafios e condicionalismos, conforme já foi referido, em especial a não realização do evento, que pretendia ser um instrumento de onde saíam documentos que seriam uma mais-valia para dar uma resposta mais satisfatória e atual à questão do papel das ONGD e do futuro destas, na era das novas tecnologias e período de mudanças significativas sociais como as que vivemos.

As limitações temporais do estudo não permitiram também ir mais longe quanto à avaliação do impacto das ONGD com a aplicação de ferramentas ou instrumentos de avaliação organizacional mencionados nos capítulos acima e que poderiam ser um precioso contributo para esta matéria.

O estágio permitiu à estagiária ganhar experiência em competências técnicas que se centram no domínio dos métodos e técnicas de investigação e ainda as que se prendem com o planeamento e monitorização de projetos. As qualidades que foram essencialmente necessárias durante o estágio foram: atitude positiva, resiliência, resolução de problemas, gestão do tempo, capacidade de comunicação, trabalho em equipa e potencial de aprendizagem.

A conclusão de Marcos Santos (2017) é a mesma que a nossa “podendo fazer-se a distinção entre sociologia pura (...) e a sociologia aplicada que procura entender os conhecimentos adquiridos na sociologia básica e utilizá-los na resolução de problemas de natureza prática ou social, a experiência mostra que os conhecimentos adquiridos na formação de base nomeadamente em métodos e técnicas de investigação, reforçados com conhecimentos de informática na óptica do utilizador e com o conhecimento em disciplinas complementares: demografia, economia, planeamento, são fulcrais” (2017, pág. 26).

Feito o balanço final, considera-se que os objetivos deste trabalho foram, em geral, satisfeitos e os constrangimentos converteram-se numa aprendizagem adquirida para uma futura vida profissional.

6. O Papel das OTS de Direitos Humanos e Cidadania

Como referimos, a partir da “Base de Dados Interna”, solicitada pela WN, foi realizada uma nova Base de dados, aqui designada de Externa, de forma a responder à questão de partida acerca dos valores e respostas sociais que são apresentadas pelas Organizações do Terceiro Setor (OTS) da área de “Direitos Humanos e Cidadania”.

Das 1905 organizações da “Base de Dados Interna” foram categorizadas 44 organizações como pertencendo à área de “Direitos Humanos e Cidadania”. Esta amostra foi selecionada e criado um documento identificando novas informações de utilidade para o relatório de estágio (cf. Anexo B).

Cellard (2008, in Sá-Silva et al, 2009) entende que a escolha das pistas documentais apresentadas no leque que é oferecido ao pesquisador deve ser feita à luz do questionamento inicial, levando em consideração que as descobertas poderão trazer surpresas que levarão a que, possivelmente, seja obrigado a modificar ou a enriquecer o questionamento inicial.

As organizações da amostra pretendem ser representativas de forma a realizar a análise e reflexão sobre as questões iniciais e perceber se as hipóteses se comprovam.

Pretende-se utilizar os dados coletados na base de dados “Direitos Humanos e Cidadania” para responder à questão: qual o papel das OTS na defesa dos direitos humanos e cidadania?

De forma a responder a esta questão pretendeu-se entender, quais os valores, objetivos e as respostas sociais apresentadas por estas organizações.

6.1 Hipóteses de Trabalho

Este relatório de estágio inclui uma pesquisa exploratória, uma vez que é desenvolvido com o objetivo de obtenção de uma visão geral sobre um facto e tem como principal finalidade esclarecer, desenvolver e modificar conceitos e ideias, “através da formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 2008, p.27).

Depois de realizado o enquadramento-teórico e finalizados os trabalhos de estágio, foram postuladas hipóteses, com base nas questões inicialmente propostas, que foram analisadas pela estagiária, através de uma metodologia que será adiante explicada. Pretendeu-se verificar a veracidade destas hipóteses, usando a metodologia de Análise do Discurso (linha teórica clássica) de dados coletados, assim como, a análise documental realizada *a priori*.

As quatro hipóteses desenvolvidas são:

1. As OTS são complexas, multidisciplinares, com a potencialidade de terem um papel fundamental na melhoria das sociedades, através da inovação social que apresentam;
2. As inovações sociais das OTS são promotoras de mudança social e têm grande impacto social, que é avaliado pelo valor social que acrescentam às sociedades onde atuam;
3. O futuro das OTS portuguesas passa por um aprimoramento da sua identidade, valores e legitimação perante parceiros, através de avaliação do seu desempenho e dos seus impactos;
4. As OTS de Defesa da área de Direitos Humanos e Cidadania apoiam a promoção de uma vida mais digna e igualitária para todos, através de respostas sociais concretas.

As primeiras hipóteses foram vastamente exploradas no enquadramento-teórico acima realizado, pretende-se em seguida, verificar a veracidade da última.

Cidadania e Direitos Humanos

Entende-se que para ter uma existência plena, com condições de desenvolver-se em toda a sua capacidade humana, o indivíduo necessita, entre outras coisas, de moradia, educação, liberdade, segurança, saneamento básico e trabalho. Em contrapartida, ele deve praticar a cidadania cumprindo as leis, sendo sustentável e cuidando dos espaços públicos.

Os direitos humanos são um conjunto de direitos a que todas as pessoas devem ter acesso, independentemente da sua condição financeira, etnia, crença, cor de pele, orientação sexual ou qualquer outro fator. Tais direitos incluem a garantia das necessidades básicas humanas, a liberdade de pensamento e expressão, além da ideia de que todos são iguais perante a lei.

A cidadania é aqui compreendida como o exercício dos direitos e deveres de uma pessoa na sociedade. Assim, quando ela é exercida de forma harmoniosa, permite que os indivíduos atuem e participem das decisões referentes ao local em que vivem, relacionando-se, dessa forma, ao conceito de democracia.

Niklas Luhmann (2000) considera o dogma dos direitos humanos como um paradoxo peculiar, tratando-se da distinção de indivíduo e direito, que ganha, simultaneamente, com o desenvolvimento social moderno, impacto estrutural e semântico.

A concepção de desenvolvimento, que ocupa um lugar de maior destaque para as ONGD nos estudos citados neste relatório e que é defendida pela *WN*, é emancipadora e de capacitação, considerando-se o desenvolvimento como um processo de crescimento contextualizado, construído na riqueza do conhecimento e das capacidades dos países e na sua expansão (Fuduka-Parr, S., Lopes, C. & Malik, K., 2002).

O papel das organizações não é, deste modo, fazer desenvolvimento pelas pessoas, mas acompanhar e facilitar as condições para que estas possam definir o seu próprio desenvolvimento (Araújo, 2006).

O desenvolvimento pressupõe a existência de espaço para o cumprimento e promoção dos direitos humanos. desenvolver pressupõe estabelecer relações de proximidade e de confiança com as populações, ancoradas no conhecimento da cultura, das tradições, dos valores e dos modos de viver e estar locais, promovendo uma troca e relacionamento cultural em que, embora diferentes, organizações e comunidades têm sempre algo a aprender juntas (Araújo, 2006).

No seguimento desta linha de pensamento, a estagiária pretendeu analisar as organizações da área de Direitos Humanos e Cidadania, de forma a perceber a forma como estas se posicionam, quais os objetos pelos quais se debruçam, quais os objetivos que possuem, onde atuam, e ainda que valores e que respostas sociais produzem.

Pretendeu-se, ainda, procurar perceber de que forma, através da análise das informações que constam nas páginas públicas online destas organizações, se legitimam e se publicam avaliações de desempenho ou de impacto social.

6.2 Metodologia

Foi realizada uma nova base de dados, formada por 44 Organizações do Terceiro Setor da área de Cidadania e Direitos Humanos, uma amostra retirada da “base de dados interna” que foi construída durante o estágio. Escolhemos esta amostra pela sua área, dado que, a questão de partida deste estudo diz respeito aos “direitos humanos e cidadania”, e encontramos vários tipos de OTS dentro dessa categoria.

Num primeiro momento, o nome das 44 organizações, a nossa amostra, foram colocadas num novo documento Excel. Partiu-se para a análise de documentos e textos *online*, nomeadamente os *websites* das 44 organizações da amostra. A partir de buscas online, uma a uma nos *websites* das 44 organizações, foram recolhidos os seguintes dados (Anexo B):

- 1) Nome;
- 2) Área;
- 3) Objeto;
- 4) Localização;
- 5) E-mail;
- 6) Telefone;
- 7) Tipo de Organização;
- 8) Missão;
- 9) Respostas Sociais;
- 10) Valores;
- 11) Modo de Ajudar;
- 12) NIF

Todos os dados foram coletados através da consulta dos websites, páginas de Facebook, Instagram e demais redes sociais das mesmas.

Para analisar os dados, foi *a posteriori* utilizada a ferramenta “Voyant”, um software de análise de dados qualitativos online, assim como o Excel e o “Word Tree”.

A recolha de documentos, segundo Silva *et all* (2009), pode ser potenciada quando os objetivos de pesquisa são clarificados perante as pessoas responsáveis pelas fontes documentais no local de pesquisa. A localização dos documentos pode ser bastante diversificada, por isso a recolha de documentos foi um processo que se desenvolveu em vários momentos durante o estágio e foi essencialmente realizada por consulta virtual, pelo constrangimento temporal que não permitia a consulta de toda a documentação referente a todas as instituições incluídas na base de dados.

Sobre a utilização dos documentos na pesquisa, Júnior (*et all* 2021, p.38) esclarece que “cabe ao pesquisador analisá-los e definir se será ou não preponderante para o estudo, tendo o objetivo como fundamento da Análise

Documental como percurso metodológico numa pesquisa qualitativa.” Isto significa que a análise documental reflete o objeto da fonte original, permite a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos factos em determinados momentos.

A análise documental para Souza et al (2011, p. 223) “consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica [...]”.

Para Júnior (*et al* 2021) a pesquisa documental não pode e nem deve ser vista como pesquisa bibliográfica. A utilização do documento entre estes dois tipos de pesquisa diverge quanto à fonte de documentos, uma vez que a pesquisa bibliográfica foca em documentos com tratamento analítico, publicados em formato de artigos ou livros. Cechinel (*et al* 2016, *cit in* Junior, 2021) afirma que a análise documental se inicia pela avaliação preliminar de cada documento, exame e crítica do mesmo, tendo em conta o contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave.

Gil (2008) sugere e classifica como fontes de documentação mais importantes: os registos estatísticos, os registos institucionais escritos, os documentos pessoais e as comunicações em massa.

Os textos analisados, especificamente na amostra mencionada anteriormente, foram essencialmente as páginas de internet ou «websites» das organizações e daí foram extraídos todos os dados pretendidos.

A análise de conteúdo pode incidir sobre vários tipos de obras literárias, documentos, programas audiovisuais, relatórios de entrevistas. Os métodos para a sua realização passam pela aplicação de processos técnicos relativamente precisos de modo a obter uma interpretação acertada das informações (Quivy & Campenhoutd, 1998).

As categorias podem ser estabelecidas antes do trabalho de campo ou no momento da coleta de dados. Neste caso, as categorias foram escolhidas anteriormente e, como já mencionado, a área que corresponde às questões deste relatório é “Direitos Humanos e Cidadania” e as informações que foram recolhidas, estavam relacionadas com as questões iniciais, nomeadamente: objetivos, missão, valores, respostas sociais e modos de atuação, tendo sido estabelecidas

também como resultado dos conhecimentos enquanto socióloga, uma vez que são assuntos abordados no currículo académico.

Para Campos (*et al*, 2021) a análise de conteúdo categorial só pode ser objetiva se existir homogeneidade, exaustividade e objetividade. A inferência e as interpretações dos resultados alcançados, que são expostas inicialmente nas unidades de contexto, estão relacionadas com o esclarecimento das causas da mensagem ou as consequências que ela pode provocar.

6.3 Análise dos Dados

Como já foi referido, pretende-se utilizar os dados coletados na base de dados “Direitos Humanos e Cidadania” essencialmente para verificar a hipótese 4.

Para Cellard:

Uma boa compreensão do contexto é crucial em todas as etapas de uma pesquisa documental, tanto no momento da elaboração de um problema, da escolha das pistas a seguir para descobrir as principais bases de arquivos, quanto no momento da análise propriamente dita. Esse conhecimento deve também ser global, pois nunca se pode saber de antemão quais são os elementos da vida social que será útil conhecer, quando chegar o momento de formular interpretações e explicações (2008, p. 300).

Assim, primeiramente, apresenta-se uma breve caracterização das organizações que fazem parte deste estudo atendendo ao estatuto sociojurídico, à missão, aos objetivos e valores, os locais de atuação, as respostas sociais e o modo como podem ser apoiadas.

Estatuto Sociojurídico

As organizações analisadas na sua maioria são juridicamente denominadas privadas sem fins lucrativos, sendo que dez realizam atividades de cooperação para o desenvolvimento e estão juridicamente consignadas como ONGD. Duas IPSS, uma organização de foro militar, uma ONGPD e uma Fundação fazem também parte desta lista.

Objetos

Os objetos das organizações analisadas passam essencialmente por:

- a. Defesa e promoção do diálogo intercultural, igualdade de oportunidades e inclusão social;
- b. Promoção e defesa dos valores básicos da dignidade humana e social através da prática da solidariedade;
- c. Resolução dos problemas sociais e humanos da comunidade local, com profissionalismo e respeitando a individualidade de cada um;
- d. Desenvolvimento de projetos de Educação para os Direitos Humanos, Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária a nível nacional e internacional;
- e. Reflexão e implementação das políticas públicas;
- f. Defesa e promoção do direito de asilo em Portugal;
- g. Desenvolvimento da Educação Especial no mundo;
- h. Promoção da Literacia e Educação para o Desenvolvimento e Cidadania;
- i. Prevenção e combate à corrupção;
- j. Promoção dos Direitos Humanos, ao nível dos Direitos das Mulheres, Jovens e Crianças, e o combate a todas as formas de Violência e Discriminação;

- k. Reflexão e implementação das políticas públicas, assumindo um papel fundamental de ativismo e reivindicação de políticas igualitárias.
- l. Criação de um modelo de Desenvolvimento Sustentável, iluminado por Princípios e Valores Éticos, no plano ambiental pela harmonia com o Planeta e os recursos que nos disponibiliza, no plano social pela inclusão, diversidade e busca da felicidade.

Países de Intervenção

As organizações analisadas dividem-se por todo o país continental e ilhas, sendo que cinco têm localização e atuação a nível nacional, cinco a nível nacional e internacional e as restantes, localização e atuação apenas a nível local ou regional.

As organizações que compõem este estudo apresentam características identitárias comuns, mas ao mesmo tempo, uma diversidade considerável de países e áreas de atuação. No que respeita aos países de intervenção, além de Portugal e Ilhas, abrangem os PALOP, Quênia e Nepal, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Moçambique e América Latina, mas não se restringem a este âmbito geográfico.

Objetivos e Missão

Os objetivos das organizações analisadas passam, fundamentalmente, por promover processos de defesa de valores básicos da dignidade humana e social, em que os atores locais, regionais, nacionais ou internacionais, são envolvidos de maneira a criarem mudanças e a usufruírem de uma vida digna.

Os objetivos das organizações analisadas estão alinhados com a área da amostra escolhida, por conseguinte, a defesa dos Direitos Humanos (essencialmente das crianças, mulheres e pessoas em risco), combate a todas as formas de violência e discriminação, a cooperação para o desenvolvimento, sustentável e a ajuda humanitária a nível nacional e internacional.

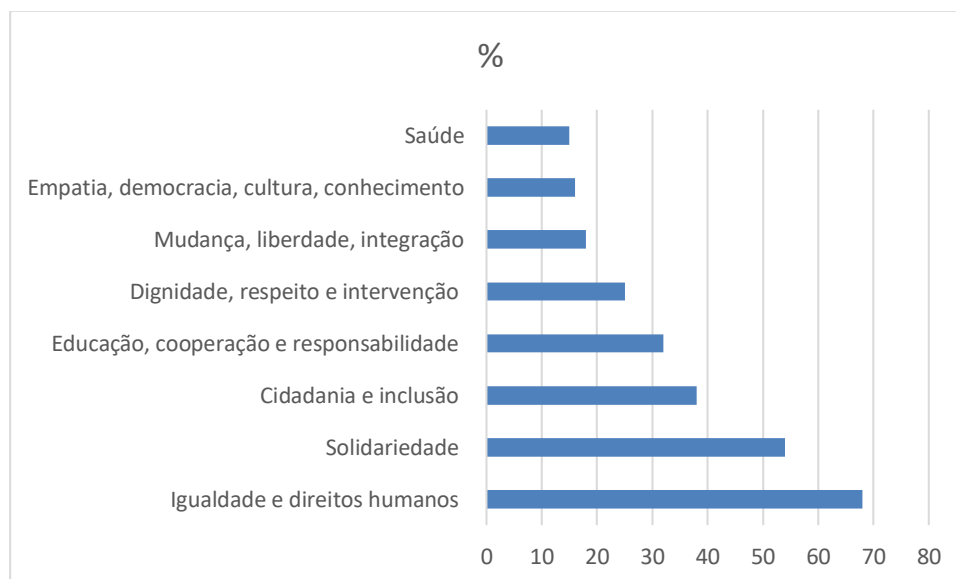
Estas organizações têm como missão essencialmente contribuir para a resolução de problemas sociais, além de questões relativas aos associados, assim como, a defesa e promoção de diálogo intercultural, igualdade de oportunidades, integração social, capacitação, e o desenvolvimento social educacional e profissional das comunidades onde atuam, procurando o desenvolvimento humano para uma cidadania global.

Encontramos nestas organizações como missão, a promoção de:

- a) Saúde física e mental;
- b) Vida humana e dignidade da mulher;
- c) Cidadania ativa e participativa;
- d) Parentalidade positiva, mediação familiar e estímulo à formação;
- e) Família como célula base da sociedade;
- f) Liberdade individual, liberdade política e na economia do mercado;
- g) Avaliação de medidas preventivas, diagnóstico e sensibilização;
- h) Apoio social, moral e jurídico;
- i) Auxílio àqueles que se encontram em situação de sem-abrigo;
- j) Desenvolvimento social e económico por meio da migração.

Valores

Quanto aos valores, existe uma coerência entre as organizações face ao que defendem e, por conseguinte, identificam-se valores comuns. No quadro seis apresentamos percentualmente esses valores, de acordo com o número de vezes em que surgem mencionados. Destaca-se, como se pode observar, os valores ligados à igualdade e direitos humanos, seguidos da solidariedade, cidadania e inclusão.



Quadro 6: Valores das Organizações da Área "Direitos Humanos e Cidadania"

Respostas Sociais

As áreas de atuação apresentam muita diversidade. Quando analisamos como um exemplo a IPSS "ACSM - Academia Cultural e Social de Maceira" encontramos um apoio muito direto à população, através de existência de Centros de Convívio, Centros de Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário, Banco de Ajudas Técnicas, Centro Comunitário, Restaurantes; Clínicas ou Centros de Documentação.

Nas organizações analisadas encontramos respostas sociais diferenciadas, tais como: centro de atendimento; casa de abrigo; centro de crise; projetos de sensibilização, campanhas e comunicação; apoio à investigação, advocacia política; ativismo; educação arte e formação.

A educação e formação é um tema recorrente e a maioria das organizações (70%) apresentam respostas sociais desta natureza, por exemplo: *Tech4Integrity*; *Knowledge Center*; *Intelligence Hub*; programa RedEscolas; Educação para a Cidadania Global (ECG); ED-Comunicar – do Conhecimento à Mobilização; Educadores em Movimento; Programa “Passaporte para a Leitura”; Rede de Bibliotecas Escolares do Distrito do Chibuto.

As organizações apresentaram algumas características de militância e que pretendem uma mudança social, o que se pode comprovar pelas seguintes atuações:

- a) *Webinars*, artigos de investigação, acórdãos, pareceres e cartas;
- b) Jurisprudência sobre matérias relativas à Regulação das Responsabilidades Parentais em situações de Violência Doméstica, tráfico de pessoas, violência doméstica e lenocínio;
- c) Luta pela Igualdade e Justiça Social; Apoio na reinserção social; Centro de Documentação;
- d) Colaborar no processo de legalização e integração de emigrantes, auxiliando na procura de refúgio após terem sido vítimas de tortura;
- e) Ação interdisciplinar e interinstitucional;
- f) Educação para o Desenvolvimento e Comércio e Desenvolvimento – Centro de Recursos para o Desenvolvimento.

As organizações estudadas apresentam uma preocupação grande com questões de direitos humanos tendo vários projetos de distribuição nacional e internacional de refeições, cabazes alimentares e/ou vestuário às famílias em risco ou carenciadas; cobertores e sacos de cama, nomeadamente aos sem-abrigo; fornecimento de produtos de higiene e encaminhamento para apoio de saúde primário e assistência psicológica.

Sílvia Ferreira (2013) considera que os elevados níveis de profissionalização das OTS poderão constituir uma importante base para o desenvolvimento e para a afirmação de um sector da economia mais vinculado ao bem-estar social. Podemos observar neste estudo a manifestação dessa

tendência pela existência de respostas sociais num sentido mais profissional, tais como:

- a) lojas de comércio justo;
- b) bar da Casa;
- c) restaurantes;
- d) atuações,
- e) eventos,
- f) oficinas e dança;
- g) «Com ponto®»,
- h) uma marca criada através do projeto “ameixoeira criativa” que utiliza desperdício têxtil para transformar em acessórios de moda.

Salientamos ainda um projeto de empreendedorismo social da ONG “Bairro Meu”, que promove projetos em parceria com o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, de forma a avaliar alterações sociológicas naquele bairro promovidas pelas intervenções artísticas.

Verificamos que se confirmam as observações dos capítulos anteriores. No que concerne aos valores das organizações, percebemos a validação da argumentação de Hailey (2000) de que geralmente as ONG possuem valores distintivos e comuns, com a ressalva de que isto se pode dever ao facto de estarmos a analisar uma área específica.

Impacto Social e Avaliação do Desempenho

Percebemos que as organizações estudadas, se encontram realmente numa terceira fase do seu próprio desenvolvimento (Pessanha, 2019), dado que, possuem sistemas de desenvolvimento sustentável e assumem um papel de facilitadoras, seguindo questões estratégicas, como a sustentabilidade dos projetos, a amplitude de impacto e a recuperação do investimento.

Isso verifica-se pela ênfase dada nos seus *websites* na revelação de impacto, seja em número como em testemunhos, que encontramos nos textos das páginas online analisadas.

Relativamente aos sistemas de monitorização e avaliação do seu trabalho, verificou-se essencialmente a sua existência através de relatórios de atividades e contas de acesso público, notícias, *press releases*, inquéritos de satisfação, dados contabilísticos, balanço e demonstração de resultados essencialmente quantitativos.

Percebemos que muitas organizações utilizam eventos como conferências, *Summits*, *Saraus*, festas anuais, encontros, tertúlias, congressos, dias Internacionais ou mundiais temáticos (Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial do Refugiado, etc.) para, de alguma forma, encetar debate sobre a situação dos direitos humanos, onde procuram contribuir para a discussão e atuação de todos em prol de um futuro de paz e solidariedade, garantia dos direitos humanos internacionais, e onde são, muitas vezes, ouvidos testemunhos de pessoas apoiadas pelas organizações e do impacto que estas tiveram nas suas vidas.

Estes eventos tornam-se um momento de demonstração informal do seu impacto qualitativo, apoiando a sua legitimação perante os parceiros e aumentando a possibilidade e probabilidade de novas parcerias, assim como de donativos e apresentam-se ainda como oportunidades para mobilizar o público e desafiar todos os membros da sociedade a manifestar o seu apoio às causas em questão.

As quarenta e quatro organizações analisadas apresentam conceitos que se repetem, uma identificação clara com as seguintes palavras-chave: cidadania, desenvolvimento, cooperação, inclusão, solidariedade, igualdade, defesa de direitos e voluntariado, quer na sua missão, como no objeto, valores e modos de atuação.

Formas de Apoiar

Por fim, as organizações analisadas dão primazia ao voluntariado como principal forma de apoio, seguido de tornar-se associado ou sócio, parcerias, participação nas atividades, doações, donativos, aquisição dos produtos ou serviços, participar nas formações, nos debates e em eventos, patrocinar e ainda fazer a consignação de 5% do IRS.

6.4 Resultados Finais

Em relação às três primeiras questões, apresentavam a hipótese de que as ONG são complexas, multidisciplinares, com a potencialidade de terem um papel fundamental na melhoria das sociedades, através da inovação social que apresentam. O enquadramento teórico realizado explana de forma exaustiva esta afirmação, que se pode considerar comprovada pelos vários estudos que foram apresentados.

Relativamente à hipótese de que as inovações sociais das ONGD são promotoras de mudança social e têm forte impacto social, que é avaliado pelo valor social que acrescentam às sociedades onde atuam, não pôde ser verificada pela análise do conteúdo da base de dados extrapolada neste relatório, porém, foi mencionado um método útil para futuras investigações (Bassi, 2012), que pode servir de base para pesquisas futuras.

A última hipótese, apresentada inicialmente, de que as OTS de Defesa da área de Direitos Humanos e Cidadania apoiam a promoção de uma vida mais digna e igualitária para todos, confirma-se, dado que foram encontradas evidências empíricas de que os valores inclusão, igualdade e dignidade são valores primordiais na maioria das organizações analisadas.

Quanto aos objetivos e missão, assim como atividades que promovem, encontrou-se uma importância grande dada à defesa de direitos, aumento da

dignidade e respostas sociais em que todos os seres humanos são considerados como iguais e a solidariedade é acompanhada de respeito e cooperação.

7. Considerações Finais

Neste capítulo final é realizada uma análise reflexiva de todo o trabalho desenvolvido e um balanço conclusivo inerente aos principais pontos aferidos no relatório.

O presente relatório pretende ser um contributo para o enquadramento, contextualização e compreensão das práticas das ONGD portuguesas dentro das OTS, assim como o seu enquadramento dentro das ONG e Terceiro Sector/Economia Social.

Relativamente ao primeiro objetivo, o mesmo foi concretizado através da revisão bibliográfica e esta forneceu, no nosso entendimento, recursos para alimentar o debate académico e a discussão metodológica no campo de estudo das ONGD, da avaliação do desempenho, Valor Social Acrescentado e Impacto Social, assim como a importância e relevância das Inovações Sociais para o futuro destas organizações.

O estado da arte permitiu explorar o perfil crescente das ONG que se coaduna com o crescimento da "sociedade civil", o que, segundo Lewis (2021) reforça a democracia e, em última análise, poderá contribuir para a responsabilização e pressão para que aumente a eficiência do Estado (Lewis, 2021).

Percebemos que as tendências globais complexificam a actuação das ONGD Portuguesas e desafiam o seu papel, o seu propósito, a sua legitimidade e a sua visão estratégica, sendo que terão de se continuar a atualizar, e procurar responder aos desafios globais de forma a continuarem estrategicamente relevantes e atuais, para que mantenham o seu papel de transformação social (Oliveira & Carvalho, 2020).

Percebe-se, pelo estudo realizado neste relatório, que as OTS da área de Direitos Humanos e Cidadania analisadas promovem prestação de contas a financiadores e público, mas encontram também, outras formas de mostrar responsabilização, através de testemunhos e eventos que promovem o debate e

onde têm a oportunidade de divulgação dos seus resultados em termos de desempenho das atividades e apresentação dos seus projetos.

Por fim, a literatura confirma a relevância para o futuro das ONGD portuguesas da avaliação do seu desempenho e dos seus impactos, porque isso leva a um aprimoramento da sua identidade, valores e legitimação perante parceiros e público.

O futuro das ONGD portuguesas depende de vários fatores que não foram analisados, e era realmente esperado um resultado eficaz, na resolução desta questão durante o evento, isto é o *Summit*, que fora planeado e projetado inicialmente para acontecer em meados de maio de 2023, mas por ter sido adiado, limitou-nos à literatura que nos revela que os principais desafios para as ONGD são o financiamento e dependência, a procura dos resultados, a crescente exigência na prestação de contas e a criação de novas parcerias (Pesanha, 2019).

No que respeita ao planeamento do evento, apesar da sua não realização, considera-se que a experiência de trabalho de campo, interação com os elementos da organização *WN*, a construção do plano e programa do evento, assim como, todas as reuniões e desafios que foram surgindo, serviram, de grosso modo, para acrescentar à experiência profissional da estagiária, de várias formas, possivelmente incógnitas no presente, mas de elevada importância no futuro como socióloga.

Em relação à construção das bases de dados, a interna foi um trabalho extremamente interessante, apesar de moroso e exigente, mas que serviu para conhecer 1902 organizações do terceiro sector e, dessa forma, ter um conhecimento mais claro do trabalho extraordinário e incansável que é realizado diariamente, a nível nacional e internacional, por este sector, que apesar de uma reputação problemática no passado e de muita falta de visibilidade, percebeu-se que é necessário olhar além do que os olhos alcançam.

Para terminar, sem dúvida, que este estágio foi uma mais-valia, na medida em que trouxe muitas aprendizagens úteis para a vida pessoal e académica. A nível profissional foi benéfico pelos *skills*, *conhecimentos* e responsabilidades obtidos no decorrer do estágio, para além da capacitação em várias áreas e

espera-se que contribua largamente para um futuro profissional promissor, de forma à estagiária representar de forma honrosa a Sociologia em Portugal.

8. Bibliografia

- Abaladas, A. A. F. (2016). *As ONGD portuguesas e a gestão de projetos de desenvolvimento internacional*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.5/12866>.
- Afonso, M. M., & Ribeiro, M. (2009). *Guia de Avaliação* (2ª edição). Lisboa: Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Retirado de www.ipad.mne.gov.pt
- Alves, A. H.; Saramago, G.; Valente, L. F. & Sousa, A. S. (2021). *Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica*. *Cadernos da FUCAMP*, 20(43).
- Araújo, P. A. L. A. (2006). *A Capacitação para o Desenvolvimento das ONGD Portuguesas*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.2/632>
- Auerswald, P. E. (2009). *Creating social value*. *Stanford Social Innovation Review*, Vol. 7 No. 2, pp. 51-55.
- Bagnoli, L. & Megali, C (2011). "Measuring Performance in Social Enterprises". *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. SAGE. 40(1), pp. 149–165.
- Bassi, A. (2012). "How to Measure the Intangibles? Towards a System of Indicators (S.A.V.E.) for the Measurement of the Performance of Social Enterprises". In: Franz, HW., Hochgerner, J., Howaldt, J. (eds) *Challenge Social Innovation*. Springer, Berlin, Heidelberg.
- Bassi, A. (2022). *From "Social Impact" to "Social Value": A Holistic Approach to the SSE Worth Measurement*. CIRIEC International, Université de Liège.
- Bessant, J., & Tidd, Joe (2015). *Innovation and Entrepreneurship* (Third Edition), Chichester, UK: John Wiley & Sons, Ltd. Retirado de <https://pt.scribd.com/document/508895948/John-Bessant-John-R-Bessant-Joe-Tidd-Innovation-and-Entrepreneurship-Wiley-2015#>
- Blanco-Ariza, A. B., Messino-Soza, A., Vázquez-García, A. W. & Melamed-Varela. E. (2019). "Social Innovation in the Non-Profit Organization Framework; A Review", in *Social Sciences* 8, vol. 8(8), pp. 1-14.
- Carreiras, H.; Valente, I. & Freitas, F. (1999). *Profissão: Sociólogo*, Lisboa: Celta Editora.
- Collison, D., Bebbington, J. & Gray, R. (2006). "NGOs, Civil Society and Accountability: Making the People Accountable to Capital", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 19, pp. 319-348.
- Costa, A. F. (2004), "Será a sociologia profissionalizável?" in Gonçalves et. al. (orgs.). *Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas pedagógicas e Investigação*. Porto. ISFLUP. Atas do encontro realizado em 6 e 7 de dezembro de 2002 na FLUP. pp. 35-58.

- Coutinho, R. B. G., Macedo-Soares, T. D. L. V. A. D., & Silva, J. R. G. D. (2006). Projetos sociais de empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais. *Revista de administração Pública*, 40, pp. 763-787.
- Davies, T. (2014). *NGOs: A New History of Transnational Civil Society*. Oxford: Oxford University Press.
- Dees, G., Anderson, B.B. & Wei-skillern, J. (2004). “Scaling Social Impact Strategies for spreading social innovations”. *Stanford Social Innovation Review* 1. Leland Stanford Jr. University, pp. 24-32.
- Ebrahim, A. (2003), “Accountability in Practice: Mechanisms for NGOs”, *World Development*, 31 (5), pp. 813–829.
- Edwards, M. & Hulme, D. (2002), “NGO Performance and Accountability: Introduction and Overview”, in Michael Edwards; Alan Fowler (eds.), *The Earthscan Reader on NGO Management*, London, Earthscan Publications Ltd, pp. 187-203.
- Esteves, A., [et al.] (2015). *Diagnóstico das ONG em Portugal. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa*.
- Esteves, A. M., Franks, D. & Vanclay, F. (2012). Social impact assessment: the state of the art, *Impact Assessment and Project Appraisal*, 30, pp. 34-42.
- Evans, P. (1996). ‘Government action, social capital and development: reviewing the evidence for synergy’, *World Development*, 24, 6, pp. 1119–1132.
- Ferreira, S. (2005). O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego do empresário social em Portugal. *Oficina do CES*, 223.
- Ferreira, S. (2009). A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceitual. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (84), pp.169-192.
- Ferreira, S. (2013). Terceiro Sector e Estado-Providência em Portugal. *Os Portugueses e o Estado-Providência*, pp.161-196.
- Fowler, A. (1997). *Striking a balance: A guide to enhancing the effectiveness of non-governmental organisations in international development*. Londres: Earthscan.
- Fowler, A. (2000). *Civil society, NGDOs and social development: Changing the rules of the game* (No. 1). Geneva 2000 Occasional Paper.
- Fowler, A. (2011). “Development NGOs”. In Edwards, Michael (Ed.), *The Oxford Handbook of Civil Society*. Oxford: Oxford University Press.
- Fowler, A. (2014). Assessing NGO performance: difficulties, dilemmas and a way ahead. In *Non-Governmental Organisations-Performance and Accountability*. Routledge. pp. 143-15.
- Franco, R.C. (2004). “Controvérsia em torno de uma definição para o 3.º Sector. A definição estrutural-operacional da John Hopkins vs a noção de economia social”. Comunicação

apresentada em VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Retirado de <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/propostas/pdfs/rfranco>

Franco, R. C., Sokolowski, W., Hairel, E. M. H., & Salamon, L. M. (2005). O setor não lucrativo português numa perspetiva comparativa. Porto: Universidade Católica Portuguesa e Johns Hopkins University.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (Vol. 4). São Paulo: Atlas.

Global Leadership Bulletin (2015). "Facts and stats about NGOs worldwide". Retirado de <https://www.standardizations.org/bulletin/?p=841>

Golini, R., Kalchschmidt, M., & Landoni, P. (2015). Adoption of project management practices: The impact on international development projects of non-governmental organizations. *International journal of project management*, 33(3), pp. 650-663.

Hailey, J. (2000). Indicators of identity: NGOs and the strategic imperative of assessing core values. *Development in Practice*, 10(3-4), 402-407.

Hendrickx, M. (2017). "A inovação social como novo instrumento para enfrentar os desafios societais". *Parecer do Comité das Regiões Europeu*. Jornal Oficial da União Europeia de 15/09/2017, C306, pp. 28-31.

Howaldt, J., Butzin, A., Domanski, D., & Kaletka, C. (2014). Theoretical Approaches to Social Innovation - A Critical Literature Review. A deliverable of the project: 'Social Innovation: Driving Force of Social Change' (SI-DRIVE). Dortmund: Sozialforschungsstelle. Retirado de https://www.si-drive.eu/wp-content/uploads/2014/11/D1_1-Critical-Literature-Review.pdf

Junior, E. B., Oliveira, G. S.; Santos, A. C. O & L.Schnekenberg, G. F. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v.20, n.º44, pp.36-51.

Kamat, S. (2004). "The Privatization of Public Interest: Theorizing NGO Discourses in a Neoliberal Era". *International Political Economy* 11 (1), pp.155-176.

Laloux, F. (2014). *Reinventing Organizations: A guide to creating organizations inspired by the next stage of human consciousness* (1. ed.). Brussels: Nelson Parke.

Lanzerotti, L., Pike, D. & Sahni, N. (2017). «Building the Capacity to Innovate: A guide for nonprofits.», The Bridgespan Group. The Rockefeller Foundation. Retirado de <https://ccednet-rcdec.ca/en/toolbox/building-capacity-innovate-guide-nonprofits>.

Lewis, D. (1998). Bridging the gap?: the parallel universes of the non-profit and non-governmental organisation research traditions and the changing context of voluntary action. *CVO International Working Paper Number 1*, pp. 1-15.

- Lewis, D. (2010). Nongovernmental organizations, definition and history. *International encyclopedia of civil society*, 41(6), pp.1056-1062.
- Lewis, D. (2005). *The management of non-governmental development organizations: an introduction*. London. Routledge.
- Lewis, D. (2014). *Non-governmental organizations, management and development*. London: Routledge.
- Lewis, D. (2015). Contesting parallel worlds: Time to abandon the distinction between the 'international' and 'domestic' contexts of third sector scholarship?. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 26, pp. 2084-2103.
- Lewis, D., Kanji, N. & Themudo, N. S. (2020). *Non-Governmental Organizations and Development*. London: Routledge, 2ª edição.
- Lister, S. (2003). NGO legitimacy: technical issue or social construct?, *Critique of anthropology*, 23(2), pp. 175-192.
- Luhmann, N. (2000). O paradoxo dos direitos humanos e três formas de seu desdobramento. *THEMIS: Revista da Esmec*, 3(1), pp. 153-161.
- Marcos, N. (2017). Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para a compreensão das ONGD portuguesas. *Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, pp.121–142. Retirado de <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/3133>.
- Marcos, V. (2015), "Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para a compreensão das ONGD portuguesas", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 122-142
- Mason, D. P. (2022). *Introduction to the Nonprofit Sector*. University of Oregon. Open Oregon Educational Resources.
- Monzón, J. L., & Chaves, R. (2012). The social economy in the European Union. European Economic and Social Committee of the European Union, Bruxelas.
- Murray, Robin; Caulier-Grice, J.; Mulgan, G. (2010). *The Open Book Of Social Innovation*. Social Innovator Series: Ways To Design, Develop And Grow Social Innovation. The Young Foundation. NESTA.
- Murtaza, N. (2012). Putting the Lasts First: The Case for Community-Focused and Peer-Managed NGO Accountability Mechanisms. *Voluntas* 23, pp. 109–125. <https://doi.org/10.1007/s11266-011-9181-9>
- Najam, A. (1996). Understanding the Third Sector: revisiting the prince, the merchant, and the citizen. *Nonprofit Management and Leadership*, 7(2), pp. 203– 221.

Oliveira, A. F. & Carvalho, A. L. (2020) "As ONGD Portuguesas Perante As Mudanças Globais: Diferentes perceções sobre o papel das ONGD na Cooperação e na Cidadania". Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. ACEP.

Pessanha, M. G. (2019). As Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento Portuguesas perante tendências globais [Dissertação de mestrado, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/19462>

Petrini, M., Scherer, P., & Back, L.. (2016). Modelo de Negócios com Impacto Social. *Revista De Administração De Empresas*, 56, pp. 209–225.

Phills, J. A., Deiglmeier, K., & Miller, D. T. (2008). Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, 6(4), pp. 34-43.

Powell, M. & Berry, F. S. (2021). Introducing research insights into the third sector, social enterprise and public service delivery, *Public Management Review*, 23:5, pp. 633-640.

Quintas, S. M. N. (2014). *Capacitar para desenvolver: O papel das ONGD Portuguesas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.

Rebola, E. C. C. (2004). *Funcionamento e sustentabilidade das organizações não governamentais para o desenvolvimento, em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.

Ribeiro, M., & Marques, S. (2002). Uma leitura das ONGD portuguesas no início do século XXI: trajetória e dinâmicas. *Lusotopie*, 9(1), pp.131-143.

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, 1(1), pp.1-15.

Salamon, L. M. (2010). Putting the civil society sector on the economic map of the world. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 81(2), pp.167-210.

Sangreman, C. [et al.]. (2009). "Uma aplicação da metodologia de G. Hofstede: inquérito à cultura organizacional das ONGD em Portugal, Guiné e Cabo Verde". Instituto Superior de Economia e Gestão. CEsa - Documentos de Trabalho nº 82/ 2009. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.5/2172>

Santos, M., & Saudade, B. M. (2017). O papel de sociólogos em projetos de intervenção social. *Sociologia Online*, n.º 14, outubro 2017, pp. 15-28.

Santos, P. M.; Carvalho, A. – "Sustentabilidade das Organizações sociais – o impacto dos programas de financiamento". XXVIII Jornadas Luso-espanholas de gestão científica. Livro de Atas. 2018. Guarda: IPG. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.19/6135>.

Santos, T. K. B. (2019). "Inovação social em Portugal: um estudo de caso a partir da estratégia Portugal 2020". Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.

Silva, A. L. & Assis, R. (2022). Inovação e mudança nas ONGD Portuguesas. Lisboa: CEAs – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento/ISEG.

Silva, A. L., Bernardo, L. P. & Mah, L. (2021). O futuro da cooperação internacional para o desenvolvimento: fragmentação, adaptação e inovação num mundo em mudança. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.5/21213>.

Silva, J. F. G. (2019). *O Recrutamento e Seleção em Contexto Empresarial: dos descritivos funcionais à seleção*. Relatório de estágio, Porto: Universidade do Porto.

Silva, J. C. & Araújo, A. D., (2017). A metodologia de pesquisa em análise do discurso. *Grau Zero—Revista de Crítica Cultural*, 5(1), pp. 17-32.

Silva, L. R. C. D., Damaceno, A. D., Martins, M. D. C. R., Sobral, K. M., & Farias, I. M. S. D. (2009). Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In *Congresso Nacional de Educação*, Vol. 9, pp. 4554-4566.

Valero-Amaro, V, Galera-Casquet, C. & Barroso-Méndez, M.J. (2021). Innovation Orientation in the Non-profit Sector: Analysis of Its Impact on the Performance of Spanish Non-governmental Development Organizations. *Front Psychol.* 9 dezembro 2021. Retirado de <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.797621/full>.

Vieira, N. D. S., Parente, C., & Barbosa, A. C. Q. (2017). Terceiro setor, economia social e economia solidária: laboratório por excelência de inovação social. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 100-121. DOI: 10.21747/08723419/soctem2017a5

Viveiros, J.F.S, (2016), *Empreendedorismo social: experiência, inovação, sustentabilidade e impacto social a partir de um estudo de caso: Parque Biológico da Serra da Lousã*. Dissertação de Mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra, retirado de <http://hdl.handle.net/10316/35338>

Whitehead, J. (2016). *Innovation for Impact: How Australian NGOs nurture and scale up new ideas*. Oxford: Oxfam GB.

Wright, G. W. (2012). "NGOs and Western hegemony: causes for concern and ideas for change". *Development in Practice* 22 (1): pp.123-134.

Zucoloto, G. F. & Respondeusk. W. (2018). "Inovação com impacto social: afinal, do que falamos?", *Radar* n.º 57, pp. 13-17.

Outros documentos:

Plano-de-Atividades World Needs, 2020 – 2023. Disponível em <https://www.wneeds.org/>

Regulamento (UE) n.º 1296/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013. Jornal Oficial da União Europeia, in <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:347:0238:0252:PT:PDF>

Anexos

Anexo 1

Projecto *Draft* da Conferência/Summit WN

Título:

Summit De Inovação Social Para O Desenvolvimento

Sub-título:

Impacto Social Das ONGD Portuguesas

Tema:

Conhecer os projetos de inovação social das organizações portuguesas que se tem orientado para o escalar do impacto social e sustentabilidade das sociedades em desenvolvimento.

Quando:

26 e 27 de maio de 2023

Onde:

Convento de São Francisco, Coimbra, Portugal

Quem:

ONGD World Needs, representada por André Caravela Machado

Porquê:

O Summit Inovação Social para o Desenvolvimento pretende reunir decisores políticos e profissionais dos Estados Membros, Comunidades Económicas Regionais (CERs), Doadores, Agências da ONU, Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento e Internacionais.

E ainda outras partes interessadas como: Think Tanks, Academia, Sociedade Civil, Juventude, População Afetada, Diáspora, Inovadores, Sector Social e Privado, e a comunidade humanitária global mais ampla, para discutir e colaborar no *Summit*.

Objeto:

O *Summit* oferece a oportunidade de reunir e permitir o diálogo entre as personalidades mais influentes e com os insights mais inovadores, orientadas

para o impacto social, a sustentabilidade e o desenvolvimento. E ainda promover interconectividade e comunicação entre decisores, plataformas, empresas e organizações, sobre as formas de gerir, realizar e apoiar a inovação.

Objetivos:

- a) Clarificar o significado e a importância da inovação social nos vários contextos da cooperação e desenvolvimento para a redução dos níveis de pobreza e de desigualdade;
- b) Analisar as tendências do desenvolvimento, e contributo de Portugal em matéria de inovação social.
- c) Identificar elementos críticos essenciais, como a cooperação e solidariedade internacionais, de forma a gerar soluções duradouras e abrangentes para os desafios do desenvolvimento;
- d) Diálogo e envolvimento com as partes interessadas sobre tendências e padrões da Inovação Social;
- e) Identificar áreas necessárias de sinergias a nível nacional, regional e internacional que possam aumentar o impacto social;
- f) Conhecer como se interconecta a inovação social com a inovação tecnológica e poder trazer mais insights para um maior impacto social;
- g) Perceber o papel da inovação social na mudança social, suas limitações, problemáticas e caminhos de futuro;
- h) Perceber a aplicação da Inovação social no combate às desigualdades, recuperação económica e coesão social, em todos os países e lugares.

Resultados Esperados:

- Propor sinergias, ferramentas e mecanismos para promoção da dignidade humana e no combate às desigualdades, incluindo o enfoque nos países mais pobres e com maiores fatores de vulnerabilidade, bem como o desenvolvimento humano e o apoio às sociedades;
- Identificar parcerias, planos ou projetos sociais para o desenvolvimento, para lá do financiamento, com recurso à inovação social.
- Perceber o papel da inovação social para o desenvolvimento, riscos, obstáculos e futuro.

Foco Temático do Evento:

- i) Inovação Social orientada para o impacto na mudança e desenvolvimento social.
 - ii) Desigualdades sociais, pobreza, vulnerabilidade, dignidade humana.
 - iii) Inovação Tecnológica na Inovação Social.
 - iv) Desenvolvimento para lá do financiamento.
 - v) Desafios e papel das ONGD portuguesas.
 - vi) Mobilização da sociedade civil para as novas formas de doação e Voluntariado.
 - vii) Crescimento económico, aumento do bem-estar; sustentabilidade ambiental.
-

Anexo 2

Base de Dados Externa “Direitos Humanos e Cidadania”

Categorias de Análise das Organizações

Nome da Organização	Área	Objeto da Organização	Localização
E-mail	Tipo de Organização	Website	Telefone
Missão	Respostas Sociais	Valores	Modos de Ajudar IRS

Anexo 3

Lista das Organizações da Base de Dados Externa

Organizações da área de Direitos Humanos e Cidadania

1. AAPM — Associação de Amigos do Reverendo Padre José dos Santos Ferreira Moura
2. ACSM - Academia Cultural e Social de Maceira
3. ADAV - Associação de Defesa e Apoio da Vida - Coimbra
4. ADDHU
5. ADFA - Assoc. dos Deficientes das Forças Armadas
6. All4Integrity
7. AMCV - Associação de Mulheres Contra a Violência
8. Amnistia Internacional
9. UNA - United Nations Association Portugal
10. APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial
11. Associação Casa América Latina
12. Associação Lusofonia Cultura e Cidadania
13. Associação Portuguesa de Mulheres Juristas
14. Associação SPIN- para o Intercâmbio, Formação e Cooperação entre os Povos
15. CASA - CENTRO DE APOIO AO SEM ABRIGO
16. Casa do Brasil de Lisboa
17. CAVITOP - Centro de Apoio a Vítimas de Tortura

18. CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
19. Clube Intercultural Europeu
20. CPR - Conselho Português para os Refugiados
21. Dignitas Vitae - Dignidade à Diferença
22. IDL - Instituto Amaro da Costa
23. A.P.I.P.D.F. - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A IGUALDADE PARENTAL E DIREITOS DOS FILHOS
24. Inovar Autismo
25. VIDA – Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano
26. Mais Liberdade
27. MDV - Movimento de Defesa da Vida
28. Mulher Século XXI
29. No Bully
30. Pro Dignate
31. Rede Jovens pela Igualdade
32. Rosto Solidário
33. UMAR - Associação Para igualdade e Direito das Mulheres
34. Young Educators
35. ACEGIS - Associação para a Cidadania, Empreendedorismo, Género e Inovação Social

36. Acredita Portugal
37. AIC – Associação de Imprensa de Inspiração Cristã
38. Ashoka
39. Bairro meu - It's all about impact
40. Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal (BYP)
41. Associação Corações Com Coroa
42. Adra - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência
43. AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global
44. Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento